

CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA DAS FRUTAS NATIVAS DO RIO GRANDE DO SUL

Organização e articulação de iniciativas sociais de geração de renda a partir do uso sustentável da biodiversidade local

“Um processo bastante ousado tanto no campo da agroecologia quanto no campo da economia solidária, que vem avançando enquanto organização há 10 anos”

RELATÓRIO DE ESTUDO SOLICITADO PELO
CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES (CETAP)

Jairo Antônio Bosa

Passo Fundo/RS, janeiro de 2022.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAMA – Ação Nascente Maquiné
AREDE – Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa
AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
CE – Centro Ecológico
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
Cooperativa – Cooperativa de Trabalho em Processamento de Frutas Nativas
CoopSolidaria – Cooperativa Solidária Mista de Produção Agropecuária
CP – Cadeia produtiva
CPSFN-RS – Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES – Encontro de Sabores
GT – Grupo de Trabalho
ICTA/UFRGS – Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto no atual mandato do Governo Federal)
ONG – Organização Não-Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR/UFRS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Planapo – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (a qual orienta o Pnapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica)
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAFs – Sistemas agroflorestais
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SESAMPE – Secretaria de Estado da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa
SSAN – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
UP – Unidade de produção

Sumário

Apresentação	3
INTRODUÇÃO	4
HISTÓRICO, AÇÕES E ARTICULAÇÃO DA CPSFN	10
Trajetória da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do RS.....	10
Formato de organização e metodologia da CPSFN.....	14
Alguns dados demonstram a abrangência e tamanho da CPSFN	15
ENTENDIMENTOS, OPINIÕES E ANÁLISES.....	16
1. A partir das respostas ao formulário eletrônico	16
1.1 Um espaço que trabalha com as múltiplas dimensões da vida	16
1.2 Avanços e conquistas destacadas na caminhada da CPSFN.....	18
1.3 Dificuldades, desafios e potenciais identificados	18
1.4 Comentários sobre as respostas ao formulário	19
2. A partir das entrevistas	21
2.1 A visão socioambiental que fundamenta o trabalho com as espécies nativas.....	21
2.2 Questões recorrentes: comercialização, comunicação, participação/compromisso	22
2.3 Dinâmica de construção e gestão interna da ‘rede’ (inovação, métodos...).....	27
2.4 Em relação ao papel e ao modo de liderança do CETAP e do Encontro de Sabores.....	32
2.5 Agroecologia, economia solidária e políticas públicas: breves registros adicionais.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
Referências	41
ANEXOS	42

Apresentação

Dando seguimento a um conjunto de trabalhos demandados pelo CETAP¹, o presente documento relata o estudo acerca da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul.

Procuramos olhar, ouvir e interpretar as ações, as organizações e quem as protagoniza considerando uma diversidade de pontos de vista e a complexidade dessas interações. E tais emaranhados e encantos por vezes nos desorientam...

A ação supõe a complexidade [...]. A complexidade não é uma receita para conhecer o inesperado. Mas torna-nos prudentes, atentos, não nos deixa adormecer na mecânica aparente e na aparente trivialidade dos determinismos (Edgar Morin, 2001).

Desde já, reconhecemos os limites de um estudo sem uma maior convivência junto às experiências, aos territórios e seus sujeitos, às suas práticas de vida, de interações socioambientais e relações econômicas (em virtude da pandemia da Covid-19).

Ainda mais por isso, trago um carinhoso agradecimento às pessoas que responderam ao questionário eletrônico, um retorno significativo e com conteúdo rico e esclarecedor que compõe uma visão geral do trabalho e das impressões de quem faz o processo andar. Igualmente, às pessoas que dispuseram tempo para uma entrevista via chamada de vídeo, quando procuramos aprofundar algumas questões do estudo.

¹ No ano de 2017, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) desencadeou um processo de estudos, por meio de contratação de consultoria externa, sobre espaços de articulação-ação em que a entidade tem participação ativa. Em uma primeira fase desse trabalho, foi elaborado um estudo de fundamentação acerca da abordagem de redes (CORDEIRO, 2020-a) e, posteriormente, o primeiro de uma série de estudos de caso, que focou na Feira Ecológica de Passo Fundo (CORDEIRO, 2020-b). Além desses, o planejamento previa analisar outros três espaços de redes em que o CETAP interage: o Consórcio de ONGs de agroecologia do Rio Grande do Sul, o espaço compartilhado de execução do Projeto Ecoforte e a Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas, cujo estudo gerou o presente relatório.

INTRODUÇÃO

A Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul (neste relatório referida de variadas formas: cadeia das frutas nativas, CPSFN ou CP) é uma organização que envolve um conjunto de atores de diferentes perfis e que atuam de forma complementar uns aos outros a fim de estruturar uma cadeia produtiva.

O surgimento da CPSFN partiu da experiência de trabalho do CETAP e do Encontro de Sabores. No CETAP, as discussões referentes à implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e valorização das frutas nativas iniciaram por volta do ano 2000 com famílias e grupos de agricultores assessorados pela entidade. O avanço da discussão e de experiências com SAFs e frutas nativas envolvendo outras organizações da promoção da agroecologia, em conjunto com iniciativas de economia solidária, criou a demanda e as condições para a articulação em nível de estado.

Esta concepção, as práticas e o formato de ‘rede’ que vinha sendo construído chamou a atenção do Governo do Estado, a começar pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), de onde partiu a provocação para ampliar e fortalecer esta estruturação. A partir de então, passando a contar com o apoio da SESAMPE, os grupos e organizações de assessoria aprofundaram as discussões e definiram por constituir, em 2011, a Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas.

Em síntese, podem ser destacados três importantes fases no processo que dá origem à hoje denominada Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas (o tópico sobre a trajetória, na página 10, traz mais detalhadamente esses momentos e acontecimentos que marcam a história da CPSFN):

- 1ª fase (2007) – Fundação do Encontro de Sabores, que representou um marco ao colocar em prática a concepção de integrar de forma concreta atores rurais e urbanos na construção e dinamização de cadeias produtivas agroecológicas; além do que, a definição estratégica de atuar com o “novo dentro do novo”, ou seja, no contexto da agroecologia, passa-se a trabalhar com a sociobiodiversidade representada pelas frutas nativas.
- 2ª fase (2011) – Aproximação do Governo do Estado (por meio da SESAMPE) e definição de uma estratégia de ação. Passou-se a rodar pelas regiões do estado fazendo reuniões, mobilizando atores, realizando seminários; enfim, construindo a base social e definindo os princípios e concepções que orientariam a CP. Neste período também se deu início ao estudo técnico que fundamenta o trabalho da cadeia solidária até os dias atuais.
- 3ª fase (2013) – Lançamento oficial da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do RS, durante o Encontro Estadual realizado no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, como parte da programação da Expointer-2013.

Composição da CPSFN e como o CETAP se coloca neste espaço

A Cadeia Produtiva das Frutas Nativas é composta por famílias agricultoras, técnicas/os, pesquisadoras/es, empreendedoras/es de economia solidária, distribuídos nos diversos segmentos socioeconômicos e institucionais que caracterizam sua dinâmica organizativa.

Participam organizações que prestam assessoria para promoção da agroecologia; grupos de agricultores que produzem e ou aproveitam frutas nativas e realizam ações extrativistas; empreendimentos envolvidos no processamento das frutas nativas; universidades que cooperam com pesquisas dos produtos e empreendimentos que realizam a comercialização dos produtos.

No contexto institucional que abarca o presente estudo, convém ressaltar, além da participação de um conjunto de organizações, o papel do CETAP, que coordena projetos conjuntos de estímulo à agroecologia e incentivo a sistemas agroflorestais e aproveitamento de frutas nativas. O Encontro de Sabores (ES), empreendimento cuja origem e coordenação tem relação com o CETAP, exerce importante papel no processo de processamento, entreposto, logística e comercialização dos produtos CPSFN.

Em linhas gerais, há duas condições básicas para um grupo fazer parte da CPSFN:

- atuar em algum dos elos da cadeia produtiva (produção, processamento, distribuição, comercialização, assessoria);
- respeitar os acordos construídos coletivamente (que envolvem funções, responsabilidades, cumprimento dos critérios de preço, etc.).

A Cadeia Produtiva das Frutas Nativas é formada por atores de distintas categorias:

- produção: grupos de agricultores;
- processamento: agroindústrias familiares ou cooperativadas e empreendimentos urbanos;
- comercialização/logística/serviços: cooperativas de trabalho e de consumidores e o empreendimento Encontro de Sabores (o ES concentra atualmente a responsabilidade de entreposto e logística);
- assessoria e pesquisa (ONGs e universidades) entidades de assessoria e acompanhamento técnico (ONGs) e Universidades, no apoio à pesquisa e extensão.

Em novembro de 2021, fazem parte da CPSFN na condição de atores de assessoria e pesquisa as ONGs CETAP, AREDE, CE Litoral e ANAMA, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS).

A CPSFN também conta com parceiros estratégicos, como a Aliança de Cozinheiros *Slow Food*, o Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos (ICTA/UFRGS) e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-RS).

Em uma leitura preliminar, percebe-se que as discussões, experiências e assessoria do CETAP e a iniciativa do ES deram base ao surgimento e seguem exercendo papel fundamental na dinâmica da ‘rede’ dentro da sua concepção e princípios. Além de atuar na assessoria técnica e metodológica, o CETAP compõe com outras organizações os espaços de discussão estratégica da CP, “[...] lembrando o processo histórico de como fomos nos constituindo para não perdermos o rumo, bem como de provocar, animar para manter os processos sócio organizativos e de incidência política em diversos espaços” (Equipe CETAP - EC).

Por sua vez, o Encontro de Sabores até o momento “é o empreendimento que consegue operar fluxos produtivos e econômicos seguindo os princípios e fundamentos da cadeia solidária” (EC). Com isso, além da função econômica, constitui uma experiência de referência pedagógica a partir da qual pode-se refletir sobre os avanços, os desafios e as possibilidades para a CPSFN.

Metodologia do estudo

O estudo que resultou no presente relatório foi solicitado pelo CETAP; e busca avaliar o momento vivido pela ‘rede’/cadeia produtiva das frutas nativas e a participação da entidade (CETAP) nesse espaço. Então, o trabalho se destina mais a verificar “como nos vemos a nós mesmos” (o que incluiu alguns parceiros próximos) e menos a “como a sociedade nos vê” (o que daria outro estudo).

Registra-se que o fato de ser uma demanda do CETAP não invalida que as demais pessoas e organizações participantes da CPSFN tenham acesso, questionem ou procurem extrair reflexões para suas realidades ou para suas atuações na própria cadeia das frutas nativas.

A metodologia do estudo privilegiou uma análise qualitativa, embora alguns dados quantitativos tenham sido trazidos e considerados. As buscas de informações e percepções sobre as ações e a dinâmica da CP foram motivadas pela demanda da equipe do CETAP em atualizar (e ampliar, em alguma medida) a compreensão do processo a partir das pessoas e organizações parceiras.

Fez-se um resgate de informações históricas da trajetória da CP, assim como se problematizou e revisou as questões iniciais da equipe do CETAP, exercício que permitiu construir um roteiro de perguntas, as quais foram divididas e submetidas aos membros da CP por dois meios distintos. Uma parte das perguntas, mais diretas, compuseram um questionário eletrônico e foram enviadas indistintamente no grupo de WhatsApp da ‘rede’ (que é composto por membros de todos os elos da cadeia produtiva). Por este instrumento, 25 pessoas responderam. Esta etapa ocorreu na segunda quinzena de outubro de 2021.

Em complemento a tais perguntas e respostas, foram entrevistadas, por meio de vídeo-chamada, dez lideranças da CPSFN, das quais oito compõem a Coordenação estadual colegiada. As entrevistas foram realizadas no mês de dezembro de 2021. Ambos os roteiros de perguntas orientadoras constam no *Anexo 1*.

Portanto, devido aos limites impostos pela pandemia do Coronavírus e custos operacionais, as atividades de levantamento de informações, reuniões com membros do CETAP e entrevistas foram realizadas à distância, por meio da internet. Desta forma, deve-se reconhecer algumas limitações, como a participação em atividades locais e visitas de campo, que certamente ampliariam as percepções e poderiam enriquecer o conjunto de informações e as análises a seguir apresentadas. Em compensação, foi possível e produtiva a participação no 9º Encontro Estadual da CPSFN, em Passo Fundo, nos dias 25 e 26 de novembro de 2021.

Na preparação do estudo junto ao CETAP, um conjunto de perguntas respondidas por membros da equipe serviu para a formulação de um primeiro esboço do objeto e questões de estudo. Posteriormente ocorreram duas reuniões/discussões com parte da equipe, problematizando e reelaborando as questões de estudo e orientações metodológicas.

O estudo contou com as seguintes etapas:

- acesso e estudo de documentos (relatórios, publicações, sistematizações);
- primeira reunião com a equipe do CETAP para discutir objetivos e questões do estudo;
- elaboração e disponibilização à equipe de um roteiro de perguntas visando à construção de um quadro-base do objeto, problemática e questões motivadoras do estudo;
- sistematização das questões centrais do estudo a partir das respostas individuais ao roteiro;
- descrição objetiva da CPSFN (o que é/faz, como surgiu, quem compõe, qual sua trajetória);
- participação (como observador) em uma reunião da Coordenação colegiada da CPSFN;
- elaboração de roteiro-base de perguntas, do qual derivaram dois instrumentos: formulário eletrônico e questões para entrevistas com membros da CP;
- participação e apresentação das impressões preliminares do estudo no 9º Encontro Estadual da CP;
- organização do conteúdo obtido, análise e estrutura preliminar do relatório;
- discussões em torno das primeiras impressões e análises;
- elaboração do relatório final.

Situação no momento e perspectivas

- Apesar da situação de crise e pandemia, o momento é de ampliação da demanda e dos espaços de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade. Há perspectiva de crescimento de produção e consumo e fortalecimento e ampliação da ‘rede comercial’, a qual no ano de 2020 passou também a se estender para o litoral catarinense, além das rotas internas dentro do estado do RS interligando as diferentes regiões de atuação da CP e seus parceiros comerciais dos mais diferentes segmentos (lojas, restaurantes, hotéis, grupos de consumo...).
- A CPSFN vive um momento interessante e desafiador, ao conquistar visibilidade e legitimidade entre diversos setores da sociedade, ao mesmo tempo em que evolui significativamente nas ações que se propõe trabalhar, com avanços importantes. Contudo, este momento traz o desafio da viabilidade dos fluxos produtivos e econômicos, que precisam ser tratados e operacionalizados de forma mais ‘eficiente’. Isso gera um certo desconforto, uma vez que estamos muito mais acostumados a trabalhar com processos de formação, assessoria...
- Por outro lado, ao passo que a CPSFN está muito ativa, alguns atores estão ficando um pouco à margem do processo, uma vez que pouco operacionalizam seus ‘movimentos’ dentro da lógica da cadeia produtiva e, portanto, os atores que tem uma intensidade maior nas suas ações, seguindo os princípios e fundamentos que nos orientam, vão ganhando mais espaço.
- Diante disso, a coordenação está no momento debatendo e avaliando a fim de redefinir quem de fato são os atores ativos da cadeia solidária. Isto é importante uma vez que “não somos uma articulação de atores que trabalha com frutas nativas, mas sim um processo organizativo onde se faz necessário haver ações complementares entre os diversos atores e etapas da cadeia produtiva” na perspectiva de sua viabilização e fortalecimento.

Problemática e questões para análise

Segundo Cordeiro (2020a, p. 19), a CPSFN é “um caso de ação em rede para a promoção de produtos da sociobiodiversidade e de novos arranjos de economia solidária”, caracterizada como um espaço extraterritorial, informal em termos de governança, que se destina às práticas agroecológicas e que tem como finalidade “promover o fluxo de recursos” (ação em rede visando a interação em torno de recursos monetários e outros bens). Em sua dinâmica, envolve “agricultores/as e suas organizações econômicas, pequenos comerciantes e ONGs de assessoria que atuam na promoção de produtos da sociobiodiversidade”, com o propósito de construir um circuito solidário de coleta/produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos de espécies nativas.

A *agroecologia* e a *economia solidária* constituem dois importantes campos de discussão no Brasil desde, pelo menos, a década de 1980. No entanto, a reflexão em torno de experiências e construção de conhecimentos que articulam esses dois campos e procura superar disputas e contradições é algo mais recente, que começa a ganhar corpo no início deste século XXI. Mesmo que as práticas agroecológicas e as de economia solidária incorporassem, em muitos casos, princípios comuns, a sistematização delas, assim como seus ‘territórios’ teóricos e políticos geralmente eram distintos. Schmitt & Tygel (2009) reconstituem parte da trajetória desses dois polos, destacando contradições e confluências. Os autores identificam complementaridade e fortalecimento mútuo entre a agroecologia e a economia solidária nas experiências que integram a sustentabilidade ambiental, a construção e gestão social de novas práticas de mercado e o abastecimento ancorado na segurança alimentar e nutricional.

Outro desafio comum a ambos os campos está na constituição e dinamização de relações, redes, movimentos que acolham e permitam a convivência de uma diversidade de atores e experiências, de modo que a proposição de formatos organizativos não venha engessar as práticas sociais comunitárias e, ao mesmo tempo, como parte de uma mesma equação, logrem “(...) a resistência ao capitalismo e a sobrevivência dentro do capitalismo” (IDEM, p. 106).

As práticas produtivas e formas de sociabilidade que animam a vida dos empreendimentos de *Economia Solidária* e das experiências em *Agroecologia*, nas diferentes regiões do país, perpassam essas expressões políticas e organizativas, mas, ao mesmo tempo, às transcendem, gerando dinâmicas econômicas, organizativas e de articulação política que ampliam as fronteiras dos próprios movimentos em sua configuração política atual (SCHMITT & TYGEL, 2009, p. 117).

Entre as constatações que fazem Schmitt & Tygel (2009), consta que

(...) não existe um posicionamento único nem no campo da *Economia Solidária* nem da *Agroecologia* no que diz respeito às estratégias de acesso e de construção de novos mercados. As visões variam bastante dependendo do contexto onde se situam os empreendimentos ou as experiências, mas, também, em função de diferenças de percepção em relação a como deverá se dar o processo de construção social desses novos circuitos de produção e consumo (p. 119).

Fica claro, portanto, um desafio inerente tanto às experiências de manejo ecológico quanto às de economia solidária no tocante ao mercado: a construção de novas práticas e conhecimentos que visem aproximar e oportunizar relações de cooperação entre produtores e consumidores, e nas quais esses papéis (de produção e consumo) possam ser exercidos pelos vários agentes. Este, em princípio, é um dos objetivos da Cadeia das Frutas Nativas. Como concluem Schmitt & Tygel:

Nas diferentes regiões do país e, também, no plano nacional, várias iniciativas de trabalho conjunto já se encontram em andamento, surgindo a partir de diferentes atores e em distintas escalas e, o que nos parece fundamental, cruzando as fronteiras, tantas vezes arbitrárias, entre o rural e o urbano, mobilizando questões tão importantes como o trabalho, a saúde, o alimento, a qualidade de vida e a construção de um mundo (ou mundos) mais solidário(s) (p. 125).

A Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas é um espaço de rede em que o CETAP tem participação desde a origem e na qual exerce papel fundamental. Segundo Cordeiro (2020a), a entidade atua como “catalisador” ou “fermento”, tendo sido responsável por desencadear a ação em rede, aproveitando o seu posicionamento para promover ligações, dinamizar os fluxos e dispor de aportes complementares necessários para a concretização de práticas na área da produção e comercialização. “(...) o CETAP tem diferentes papéis, participando na coordenação, no acompanhamento de grupos de produção e beneficiamento no território e apoiando a Encontro de Sabores, micro empreendimento que tem um papel chave na rede (CORDEIRO, 2020a, p. 19).

O CETAP definiu a CPSFN como estudo de caso visando analisar como o processo vem se desenvolvendo, seus avanços, limites e desafios, quais perspectivas apresenta e como as organizações parceiras entendem a contribuição do CETAP no espaço.

Neste sentido, a cadeia das frutas nativas tem uma característica singular a ser observada e analisada: o fato de o CETAP ter exercido a função de ‘incubadora’² da iniciativa, seja diretamente por um conjunto de avaliações e ações da entidade, seja indiretamente por meio do

² As definições, metodologias e programas que visam o fomento de empreendimentos econômicos solidários são geralmente vinculadas a instituições universitárias e tem como objetivo capacitar, assessorar e oportunizar a criação e o desenvolvimento de iniciativas socioeconômicas que se distingam dos padrões da chamada “economia de mercado”, gerando oportunidade de trabalho e renda a setores e grupos sociais pobres ou que detenham menores volumes de produção, tecnologia e capital. Antes de obter esse apoio de instituições de pesquisa e extensão, os grupos de economia solidária contavam somente com o apoio de setores da igreja e de ONGs. No Brasil existe atualmente uma rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que proporcionam mais que apoio tecnológico, pois atuam na formação social e econômica, na assessoria em gestão, nos estudos de mercado, planos de negócios, etc. (ITCPs, 2015).

empreendimento Encontro de Sabores, cuja criação e gestão está a cargo de pessoas ligadas à equipe do CETAP e que tem exercido na Cadeia das Frutas Nativas um papel que se pode perceber como um ‘braço’ do CETAP.

Portanto, o que se busca neste estudo não é ressaltar o valor, a importância das frutas nativas, do papel delas na agricultura ecológica, na agricultura familiar ou tradicional. Busca-se tratar da dinâmica da cadeia produtiva, de como ocorre a gestão dos processos, pontos fortes e fracos, como poderia melhorar, quais as perspectivas...

Além disso, analisar, na perspectiva dos vários atores, o papel do CETAP na Cadeia Produtiva das Frutas Nativas: i) qual o papel desempenhado? ii) como poderia qualificar ou redimensionar seu papel? iii) como o CETAP é visto no conjunto do processo e ações da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas?

Algumas questões prévias foram colocadas pela Equipe do CETAP da seguinte forma:

- Mesmo com boas expectativas, porque há dificuldades de mobilizar e envolver mais agricultores?
- Como sincronizar produção, processamento e comercialização?
- Por que no nosso meio (ONGs) há dificuldade em pensar e operar em forma de cadeia produtiva articulada entre diversos atores, em especial articulando rural e urbano, fazendo um diálogo e gerando sinergia entre o universo da economia solidária e da agroecologia?

Por sua vez, o relatório do estudo sobre as redes em que têm participação ativa do CETAP, Cordeiro (2020a) levanta as seguintes questões em relação à Cadeia das Frutas Nativas:

- Como diminuir a dependência do Encontro de Sabores, ator da rede apoiado pelo CETAP que tem exercido o papel de articulador?
- Como melhorar a conexão entre os membros da rede? Qual o papel dos meios de comunicação?
- Como ter redes fortes na base para articular com o HUB do Encontro de Sabores?

A partir das considerações trazidas até aqui e das perguntas colocadas acima, o estudo buscará orientar-se pelas seguintes questões centrais:

1. Como as lideranças e grupos que compõem a CPSFN esperam que seja e entendem que esteja ocorrendo a sua **dinâmica organizativa interna**, considerando a constituição, instâncias, deliberações, comunicação, etc.?
2. Como avaliam as relações e complementaridades entre os atores e elos da cadeia (produção, processamento, comercialização, consumo, assessoria)? Quais segmentos estão fortalecidos e quais precisam de maior atenção?
3. Como entendem que deva ser a relação entre produção/manejo ecológico e economia solidária? (ou: como dinamizar uma CP produtiva articulando rural/urbano, economia solidária/agroecologia?)
4. Quais são os pontos fortes e os pontos fracos da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas?
5. Quais os potenciais e as expectativas que os integrantes têm?
6. Como avaliam o papel do CETAP no conjunto do processo e ações da Cadeia Produtiva? Como avaliam o papel do Encontro de Sabores? Entendem ser necessário ou não uma revisão e redistribuição dessas atribuições para o fortalecimento da CPSFN?

HISTÓRICO, AÇÕES E ARTICULAÇÃO DA CPSFN

Como uma ‘organização de organizações’, articulação que envolve um conjunto de atores em uma dinâmica de ações encadeadas e complementares visando a estruturação e viabilização de uma cadeia produtiva, a CPSFN carrega o desafio de ser, ao mesmo tempo, uma iniciativa econômica, uma rede de atores e a expressão de modos de produzir e prover alimentos em bases ecológicas (fomentando a biodiversidade e a restauração ambiental).

Conforme diz uma liderança da economia solidária, trata-se de uma lógica distinta da cadeia produtiva convencional, fragmentada, pois ao trabalhar em rede, “buscamos envolver em todo o processo aqueles que estejam engajados com esta forma de economia. Desde aqueles que produzem, que distribuem até aqueles que comercializam” (DIÁRIO..., 2014). Neste sentido, a ‘rede das frutas nativas’ pode ser vista como uma tecnologia social em bases agroecológicas, ao constituir

[...] uma dinâmica sócio-organizativa que envolve organizações, redes, empreendimentos e articulações do campo agroecológico e da economia solidária. Seu objetivo é construir uma dinâmica de produção, processamento e distribuição de alimentos [nota do autor: atualmente inclui produtos como tinturas e hidrolatos] que estimule a conservação da biodiversidade local, gerando protagonismo e complementaridade nos processos produtivos e nos fluxos econômicos (ANA, 2019).

Assim, pode ser compreendida como um processo socioeconômico organizado, com planejamento de ações que se complementam entre os atores e segmentos que compõem as distintas etapas de uma cadeia produtiva que tem como partida o aproveitamento e beneficiamento de frutas (além de folhas, cascas, raízes de plantas) nativas da região sul do Brasil.

A CPSFN busca promover, organizar e operacionalizar uma cadeia produtiva baseada em espécies vegetais nativas com o propósito de construir alternativas concretas de conservação ambiental (mediante o manejo e reprodução de espécies frutíferas nativas), associada à geração de renda e aumento do nível de soberania e segurança alimentar. A iniciativa envolve e articula, de forma efetiva, diversos segmentos dos universos rural e urbano, em etapas encadeadas do processo produtivo, desde a coleta ou produção primária até o mercado, superando a ideia do rural apenas como produtor e o urbano como consumidor.

Trajetória da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do RS

A CPSFN do Rio Grande do Sul tem suas raízes nas ideias e trabalhos lançados ainda nos anos 1990 entre as ONGs de assessoria em agroecologia. No entanto, seu desenho e formato produtivo e organizativo irão se expressar mais claramente a partir da segunda década deste século.

Os tópicos a seguir, de forma resumida, procuram resgatar momentos marcantes dessa trajetória. Uma parte significativa dela é registrada com base nas ações, acontecimentos e discussões ocorridas no entorno do CETAP e do Encontro de Sabores, em razão da demanda deste estudo em um olhar sobre as estratégias e a atuação dessas entidades. Mesmo levando isso em conta, procura-se registrar momentos importantes em que o trabalho com frutas nativas vai ganhando relevância enquanto uma articulação estadual, envolvendo outras organizações e experiências.

Anos 90, os primeiros passos

- Início dos anos 90: iniciativas de implantação e manejo das primeiras áreas de agroflorestas em experimentações na serra e no litoral norte do estado. Na região planalto eram realizadas experiências com erva-mate sombreada.

- Final dos anos 90 e início de 2000: algumas organizações do campo agroecológico começam a se aprofundar no tema dos sistemas agroflorestais (SAFs).
 - Nesse período, diversos intercâmbios nos âmbitos nacional e internacional permitiram aproximações e trocas de experiências e conhecimentos sobre o tema de manejo e aproveitamento da sociobiodiversidade.
 - Nas regiões de atuação das ONGs de agroecologia ocorreram diversas atividades de experimentação e capacitação (oficinas de manejo, intercâmbios, vivências, cursos, etc.).

Anos 2000, das ações pontuais a uma estratégia de trabalho em rede

- Nas regiões de atuação do CETAP, a partir de 2002, além do manejo de agroflorestas, é agregado ao trabalho o processamento de produtos dos SAFs e das áreas de extrativismo, com foco nas espécies nativas.
- Ainda em 2002 o CETAP adquire a primeira despoldadeira e são iniciadas atividades de experimentação e capacitação em despoldar de algumas espécies, diretamente nas propriedades familiares do Alto Uruguai, Planalto e Altos da Serra.
- No ano de 2005 ocorre o primeiro seminário sobre SAFs e aproveitamento das frutas nativas no município de Ipê, reunindo diversas organizações da Rede Ecovida dos três estados do Sul.
- Entre 2006 e 2008 o tema do processamento das frutas nativas ganha importância nas ações de algumas organizações. Já havia experiências acontecendo, mas ainda isoladas e restritas a alguns técnicos e algumas famílias agricultoras.
- Em 2006 iniciam-se as primeiras experiências de desenvolvimento de receitas e usos de produtos derivados das espécies nativas em manejos agroflorestais. É criado o primeiro sorvete de frutas nativas, em parceria entre CETAP e AS-PTA com uma sorveteria de União da Vitória, no Paraná.
- Na região Norte do RS, na área de abrangência do trabalho do CETAP, o tema foi trazendo novos desafios, até que emergisse a proposta de criar “o novo dentro do novo”: articular campo e cidade a partir da agroecologia e da economia solidária. Definiu-se que as frutas nativas tinham esse potencial e seriam o carro-chefe da proposta, que começou a ser efetivada com a criação do empreendimento Encontro de Sabores (em fevereiro de 2007). O ES, com sede em Passo Fundo e encubado pelo CETAP, é o primeiro empreendimento voltado exclusivamente para o processamento e comercialização de alimentos a partir das frutas nativas.
- No mesmo período, na região do Litoral Norte do RS, o açaí de juçara começa a ganhar visibilidade e importância também comercial, a partir do trabalho do Cento Ecológico.
- Nos anos seguintes, entre 2008 e 2010, o CETAP passou a elaborar e executar projetos com base no tema e no desenvolvimento de experiências com frutas nativas. Isso incluiu atividades como:
 - Oficinas de boas práticas de extrativismo, processamento de frutas, desenvolvimento de receitas, etc. junto ao público rural e urbano, como escolas e eventos diversos;
 - Compra e adequação de equipamentos, como despoldadeiras, dosadoras, seladoras, trituradores e descascadores de pinhão;
 - Desenvolvimento de produtos a partir das polpas e promoção de reuniões e eventos de degustação dos produtos que passavam a ser elaborados, contemplando diversos públicos e entidades parceiras;
 - Encontros e intercâmbios de socialização das experiências.
- Esses eventos foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento dos produtos. Além das receitas serem provadas e avaliadas, tais oportunidades também passaram a gerar renda. Um exemplo disso ocorreu durante o Festival de Gastronomia, em Passo Fundo (ver abaixo, destaque do ano de 2013).

Anos 2010–2020, o trabalho avança, é reconhecido e ganha forma de cadeia produtiva

- Em maio de 2010, o Jantar do Pinhão realizado na cidade de Passo Fundo marca o assumir institucional do CETAP pela estratégia das frutas nativas; o evento teve destaque na imprensa e repercussão na sociedade, sendo significativo para o fortalecimento da proposta.
- Em 2010 ocorre uma visita de intercâmbio de pessoas do CETAP e do ES com famílias que manejam butiazais no município de Giruá, nas Missões; essa atividade dá início a uma aproximação com vistas à integração das experiências e processos entre as regiões.
- Entre 2011 e 2014, uma série de interlocuções e propostas permitem um aprofundamento nas relações com o universo da economia solidária e das políticas de meio ambiente, impulsionadas pela abertura ao diálogo e apoio de parte do Governo Estadual:
 - Em dezembro de 2011, durante a 11ª Feira Regional da Economia Solidária e Mostra da Biodiversidade (Fresol), em Passo Fundo, houve o primeiro diálogo entre representantes do CETAP e do ES com a Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, visando expandir a proposta a nível de estado.
 - Construção da concepção de “cadeia produtiva articulada entre campo e cidade”, a partir da qual adota-se a denominação *Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas*.
 - Inicia-se o processo de construir e implementar estratégias e logísticas de forma articulada entre as regiões do estado (agroindústrias, entrepostos regionais, pontos de venda...), inclusive o circuito de comercialização das Frutas Nativas.
 - Apoio do Estado do RS em diferentes níveis. Por meio de diálogos e elaborações junto à SEMA, é criada legislação estadual e inicia-se a certificação das áreas de manejo agroflorestal³.
 - Nesse período, ampliam-se as relações e parcerias com entidades da Economia Solidária, com aumento da visibilidade da proposta a nível regional, estadual, nacional e internacional. Nesse processo, são formalizadas as primeiras parcerias com prefeituras orientadas para ações em torno das frutas nativas e do processamento e comercialização de produtos.
 - Em 2012, foi marcante a participação do Encontro de Sabores na 12ª Fresol, a partir de um coquetel das frutas nativas na abertura da feira com a presença da SESAMPE e outros setores e autoridades do poder público estadual.
 - Em 2013, a CPSFN prepara o jantar de recepção aos médicos cubanos no Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do RS.
 - Em agosto de 2013, como parte da programação da EXPOINTER, é realizado o **Primeiro Encontro Estadual da CPSFN**. O Primeiro Encontro marca o lançamento oficial da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas do RS e orienta para a estratégia de avançar na construção da identidade da CPSFN e na organização/consolidação dos polos regionais.
 - Em abril de 2014 é realizado o Segundo Encontro Estadual da CPSFN, na EXPOINTER, com almoço na ‘Casa do Governador’. Nesse encontro foram aprofundadas discussões sobre as dinâmicas comerciais, organização dos núcleos regionais e definição de atores que compõem a CPSFN (grupos de agricultores, empreendimentos de processamento e de comercialização, consumidores, organizações de assessoria e fomento, órgãos governamentais).
- Em junho de 2012 ocorre a primeira reunião no Litoral Norte do estado para discutir a participação da região na CPSFN.
- Durante o ano de 2013 são realizadas reuniões nas regiões para levantamento de dados e elaboração do estudo técnico.

³ “A Certificação Ambiental Agroflorestal e Extrativista permite que o produtor ou o extrativista realize todos os manejos necessários nos locais indicados, dentro de permissões e restrições específicas que são definidas no processo de certificação, com total regularidade ambiental. É uma ação pioneira entre os órgãos ambientais no Brasil, e que vêm recebendo reconhecimento” (GOVERNO DO ESTADO DO RS-SEMA, 2017).

- Em agosto de 2013, destacou-se a participação do Encontro de Sabores, com banca de informações e produtos, no Festival de Gastronomia que compôs a programação da 15ª Jornada Nacional de Literatura, na Universidade de Passo Fundo. Os produtos das frutas nativas chamaram atenção e estimularam apoiadores, trocas de experiências, criação de receitas, etc.
- Viagens a Cuba e à Argentina (Rosário), no ano de 2013, para conhecer experiências de economia solidária nesses países. Foram oportunidades para trocar experiências e aprendizados em torno da concepção e estratégia da economia solidária como base para novos formatos de organização e prática das relações econômicas. Foram observadas inovações nas formas de geração e gestão social de uma nova economia, baseada nas experiências populares e economia solidária.
- Em 2013 o ES e o CETAP participam da Feira da Economia Solidária, em Santa Maria, com banca de produtos e palestra em evento durante a feira.
- No decorrer de 2013 e 2014, é criada a marca da Cadeia Solidárias das Frutas Nativas, a qual passa a ser utilizada por todos os grupos e produtos; são discutidos e elaborados os critérios de quem pode e como pode fazer parte da CPSFN; é elaborado o **Manual de boas práticas** de coleta e processamento de frutas nativas.
- Em fevereiro de 2014, durante o 1º Seminário Estadual da CPSFN, realizado em Vacaria, discutiu-se a estratégia de trabalho com as frutas nativas e SAFs. Nesse seminário decidiu-se pelo investimento de parte do Fundo Solidário (um fundo de crédito rotativo com aporte de recursos de um fundo espanhol) para compra de frutas nativas. O Fundo Rotativo passa a ser um importante instrumento de apoio à CPSFN.
- 2014: Viagem de intercâmbio e articulação com experiências e instituições dos Países Bascos (Espanha).
- Em 2014, em articulação da Rede Ecovida do RS, é elaborado e apresentado o Projeto Ecoforte (no âmbito da Planapo), o qual envolve sete regiões do estado e tem como prioridade a valorização e uso da sociobiodiversidade e a promoção de redes de comercialização desses produtos.
- Março de 2015: participação na Festa do Butiá, em Giruá, com reunião entre representantes da *Rota do Butiazais*, da Cadeia das Frutas Nativas e articuladores de territórios do RS.
- Em abril de 2015, o 9º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado em Marechal Cândido Rondon, no Paraná, tem todo o suco servido aos 1500 participantes durante os três dias do encontro com base nas frutas nativas.
- Em dezembro de 2015, no Encontro Estadual realizado em Vacaria, constituiu-se a Coordenação Colegiada da CPSFN, eleita a partir do conjunto de organizações e núcleos constituídos.
- Em 2016 o Fundo Solidário permitiu a compra e comercialização de mais de uma tonelada de pinhão colhida por agricultores extrativistas dos Campos de Cima da Serra, além de seguir apoiando a estratégia de colheita e processamento de outras frutas nativas.
- Maio de 2016: a partir de uma reunião realizada no município de Vacaria, a CPSFN passa a se articular com a *Rota dos Butiazais*, amplia relações junto à EMBRAPA Clima Temperado, firma parceria e relação com o movimento *Slow Food*, com os territórios do MDA no estado do RS e consolida parcerias com as universidades, especialmente com a UFRGS.
- Em julho de 2016 é realizado o encontro do projeto Ecoforte na região das Missões, sendo uma das atividades centrais do encontro uma rodada de negócios e aprofundamento de acordos e ações entre os atores da cadeia solidária das frutas nativas.
- Em setembro de 2018 destaca-se a participação da CP na conferência **AgriUrb** (*Third International AgriUrb Conference - Agriculture and Food in an Urbanizing Society*), realizada em Porto Alegre.

- Em 2019, os segmentos de tinturaria e de cosméticos naturais passam a integrar formalmente a CPSFN.

Os limites impostos pela pandemia e a reafirmação do caminho a seguir...

- Entre março de 2020 e julho de 2021, todas as reuniões temáticas e encontros de discussão e deliberação são realizados de forma virtual, em razão da pandemia da Covid-19.
- Em agosto de 2021, seguindo os cuidados recomendados em virtude da pandemia, ocorre em Passo Fundo a retomada de reuniões presenciais da Coordenação da CPSFN-RS.
- Em outubro de 2021 ocorre o lançamento do selo “Estabelecimento Amigo das Frutas Nativas”, a ser disponibilizado e exposto nos pontos que comercializam esses produtos.
- Em novembro de 2021 é realizado em Passo Fundo o 9º Encontro Estadual da Cadeia Solidária das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul.
- Em dezembro, lançamento de publicação com atualização de informações sobre a organização da ‘rede’, com destaque para as normas que orientam as famílias, empreendimentos e organizações que constituem a CPSFN (CADEIA PRODUTIVA..., 2021).

Reconhecimentos e algumas premiações recebidas:

- Prêmio *Chico Mendes* de preservação das florestas (2012)
- Prêmio *Maria Santineli* de Conservação da Biodiversidade (2017)
- Reconhecimento como *Tecnologia Social* pela Fundação Banco do Brasil (2017)

Alguns dados de atividades e eventos realizados:

- ▶ Em torno de **600 oficinas de sensibilização e capacitação** junto a grupos de agricultores, empreendimentos urbanos e escolas.
- ▶ Aproximadamente **150 atividades**, entre jantares e coquetéis, nos âmbitos regional e estadual.
- ▶ Participação em **mais de 30 Feiras**.
- ▶ Nove **Encontros Estaduais**, um **Seminário Estadual** e seis **Encontros Regionais**.

Formato de organização e metodologia da CPSFN

Como um espaço coletivo que resulta de outros espaços (grupos informais, instituições, empreendimentos), a CPSFN tem um formato de organização interna que procura acolher tal diversidade de atores, suas frentes e modalidades de ação. Assim, procura enfrentar o desafio de se ajustar a um formato e dinâmica de trabalho que dê conta da complexidade da realidade em que atua e articula. Suas instâncias compreendem encontros deliberativos, coordenação de animação dos trabalhos e outros arranjos, conforme descritos sucintamente a seguir:

- **Membros:** são famílias, grupos informais, associações e cooperativas, empreendimentos, instituições de assessoria que estejam envolvidos em uma ou mais das etapas da cadeia produtiva, participam das ações, reuniões, encontros, respeitem as deliberações coletivas e que tenham sido aceitos como integrantes pelos demais.
- **Encontros Regionais:** ocorrem uma vez por ano (ou mais, se necessário), em cada uma das atuais sete regionais da Cadeia Produtiva, com o propósito de trocar experiências, debater questões

pertinentes à região, assim como discutir e tirar posicionamentos sobre as pautas preparatórias aos encontros estaduais.

- **Encontro Estadual:** é a instância máxima de orientações e deliberações; é realizado uma vez ao ano (desde 2013) e define a entrada ou saída de membros, a política de preços, as avaliações das ações e estratégias, assim como constrói e delibera sobre novos acordos e planejamento de ações. Em decorrência da pandemia da Covid 19, o 8º Encontro Estadual (2020) ocorreu de forma virtual. Em novembro de 2021 realizou-se o 9º Encontro Estadual, presencialmente, em Passo Fundo.
- **Coordenação Estadual:** é composta por ao menos uma pessoa de cada regional em que a Cadeia Produtiva esteja atuante (sendo importante que os diferentes segmentos tenham representação) e renovada parcialmente a cada Encontro Estadual. Tem o papel de dinamizar o processo no seu conjunto: preparar os encontros, coordenar e monitorar as ações, buscar novos parceiros, implementar o planejamento, etc. A Coordenação tem reuniões quinzenais, por meio eletrônico, e reuniões presenciais quando necessário e possível.
- **Coletivo de Comunicação:** criado em 2020, tem o papel de criar e alimentar ferramentas de comunicação que sejam do interesse coletivo. Como é o primeiro coletivo de trabalho interno, ainda está em observação, sem o *status* de órgão permanente até o presente momento.

Alguns dados demonstram a abrangência e tamanho da CPSFN

Desde antes de se identificar como cadeia produtiva, os trabalhos com as agroflorestas e as frutas nativas já existiam e foram se ramificando pelo estado do Rio Grande do Sul. Os contatos e intercâmbios de experiências e produtos foram aproximando esses trabalhos e a ‘rede’ foi aos poucos se formando. Atualmente (novembro de 2021), a CPSFN abrange várias regiões do estado e tem números expressivos em termos de famílias e empreendimentos, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas, composição e abrangência da CPSFN em 2021

ETAPA	ATORES	QUANTIDADE	ABRANGÊNCIA (*)
1ª etapa: produção/coleta	Grupos de agricultores	146 famílias	Planalto, Alto Uruguai, Altos da Serra, Campos de Cima da Serra, Missões, Litoral Norte
2ª etapa: processamento	Grupos de agricultores e grupos/empreendimentos urbanos	16 unidades de processamento 57 famílias	Planalto, Alto Uruguai, Altos da Serra, Campos de Cima da Serra, Missões, Litoral Norte
3ª etapa: distribuição e comercialização	Entrepósitos	08 entrepostos 253 famílias	Cidades-polo das regiões citadas acima
	Comercialização	12 parceiros comerciais 45 espaços comerciais	Cidades-polo das regiões citadas e regiões metropolitanas de Porto Alegre e Florianópolis
Todas as etapas: assessoria, pesquisa e extensão	Técnicos e pesquisadores de ONGs, universidades e órgãos públicos	06 instituições	Todas

Fonte: Dados levantados junto aos atores institucionais, em novembro de 2021.

(*) **Regiões/microrregiões do estado do RS com incidência da CPSFN:** **Planalto**, **Alto Uruguai**, **Altos da Serra**, **Campos de Cima da Serra** (abrange 14 municípios acompanhados pelo CETAP); **Missões** (abrange 06 municípios acompanhados pela AREDE); **Litoral Norte** (abrange 10 municípios acompanhados pelo CE); **Porto Alegre e Região Metropolitana** (abrange 5 municípios com empreendimentos de processamento e comercialização). Além desses, a partir de 2021 iniciou-se a comercialização dos produtos em Florianópolis-SC.

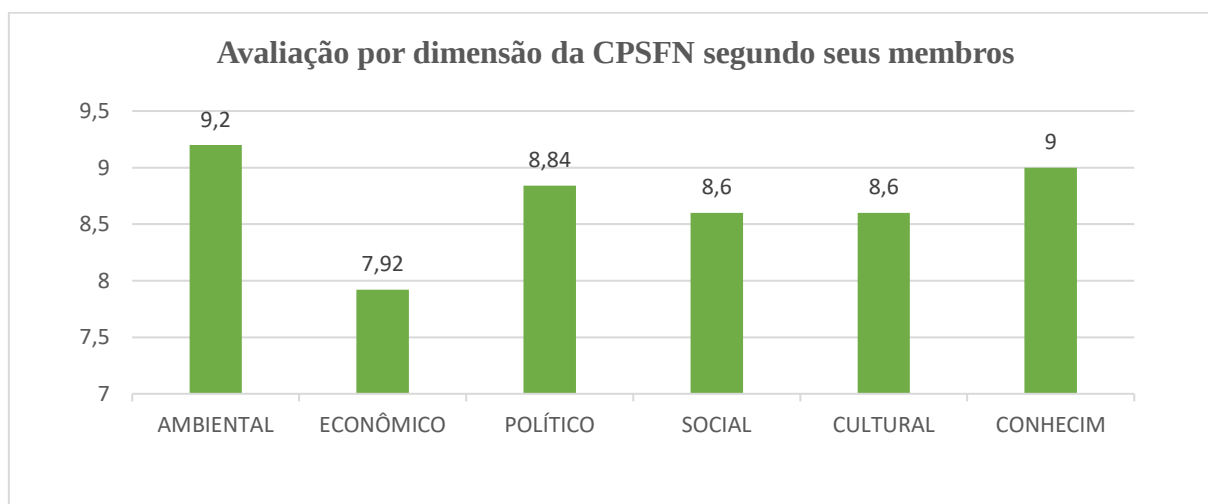
ENTENDIMENTOS, OPINIÕES E ANÁLISES

1. A partir das respostas ao formulário eletrônico

1.1 Um espaço que trabalha com as múltiplas dimensões da vida

A primeira etapa de consulta aos sujeitos sociais que formam a CPSFN foi realizada mediante um formulário eletrônico, respondido por 25 pessoas e cujas respostas permitiram um interessante panorama da percepção em torno da efetividade até o momento e das expectativas colocadas para o futuro. Partiu-se da sugestão de que fossem avaliadas as dimensões ambiental, econômica, política, social, cultural e do conhecimento da cadeia das frutas nativas. Estas questões visavam construir um olhar mais geral da CPSFN a partir das pessoas que a compõem ou parceiros muito próximos. Havia a opção de inserir notas (1 a 10) para cada aspecto e em seguida era possível comentar ou justificar a avaliação feita. Esta parte descritiva abrange o conteúdo que mais interessa para nossa análise, pois ali pode-se encontrar os argumentos e a interpretação acerca da avaliação realizada.

De imediato, é necessário registrar que não se observou qualquer menção a respeito de uma ou outra dimensão ter maior ou menor peso segundo as pessoas que responderam. Isso permite entender que a CPSFN, na visão dos sujeitos que a compõem, é valorizada nesses vários aspectos e que, como se verá a seguir, há expectativas que esse conjunto de valores seja bem trabalhado e tenha adequado desempenho a partir das ações da ‘rede’.



No tocante aos comentários e argumentos que embasam as avaliações, tem-se a seguinte síntese:

- ▶ **Ambiental:** conservação pelo uso; restauração; diversidade de espécies manejadas;
- ▶ **Social:** diversidade de atores e formas de organização (informal, associação, comunidade, instituições);
- ▶ **Econômica:** geração de renda (e renda indireta), articula famílias e empreendimentos solidários; pouca divulgação limita valorização e procura de produtos, limitando o impacto econômico;
- ▶ **Política:** ação política local; conquista da certificação agroflorestal; precisa ser mais/melhor divulgada para a sociedade e com isso ganhe maior força e alcance nas políticas públicas;
- ▶ **Cultural:** valorização e resgate de saberes associados à natureza, usos, manejos, solidariedade;
- ▶ **Conhecimento:** resgate de saberes (espécies, usos, manejos), complementação com conhecimento técnico; geração de pesquisas científicas.

A pergunta sobre a percepção da efetividade dos aspectos ou dimensões (ambiental, social, econômica, assim como cultural, política e do conhecimento, estas de maior subjetividade, mais difíceis de mensurar e por vezes até de assumir que constituem estrategicamente o trabalho) destinava-se a ter esta noção geral de como os membros da CPSFN estão vendo o processo.

As respostas indicam que a CPSFN integra multidimensões da vida das comunidades rurais, das lideranças dos empreendimentos e das organizações que trabalham com as frutas (e demais espécies) nativas. Nota-se uma percepção de relativa diferença de efetividade entre, por exemplo, a dimensão ambiental (maior avaliação: 9,2) e a dimensão econômica (menor avaliação: 7,92). Isso é explicado, em geral, pela expectativa em parcela das pessoas e alguns elos da CP de uma maior movimentação econômica e aumento na geração de renda; isso a partir da argumentação de que ainda há um considerável potencial de crescimento em torno da produção/processamento e comercialização. Há uma sinalização da necessidade de maior divulgação para aumentar a aceitação e procura dos produtos da sociobiodiversidade. Isso aparece mais nas questões seguintes, sobre expectativas e potenciais, e é retomado com maior ênfase na análise a partir das entrevistas.

Por outro lado, a contribuição em termos ambientais das ações em torno das espécies nativas é amplamente reconhecida. Algumas vantagens citadas: articula conservação com produção de alimentos e geração de renda; cuidado ambiental com estratégias e ações de promoção da agroecologia; conservação pelo uso (sociobiodiversidade); capacidade de resiliência e restauração dos agroecossistemas; conservação e restauração ambiental através do uso sustentável. Em síntese, a CPSFN é “plenamente conectada com as questões ambientais atuais, mas com proposta e alternativa prática efetiva”, diz uma resposta.

Em termos sociais e políticos, destacam a inclusão de uma diversidade de atores em um mesmo espaço de discussão e ação: de famílias rurais à universidade, de ONGs a empreendimentos econômicos. Isso permite um reconhecimento pela sociedade e no campo das políticas públicas, materializado, por exemplo, na conquista de uma legislação estadual que permite a certificação agroflorestal das áreas e manejos realizados pelas comunidades.

Em relação às dimensões da cultura e do conhecimento, são citadas a valorização e o resgate de saberes tradicionais camponeses no manejo e nos usos das espécies nativas. Essas práticas e saberes não são buscados com a intenção de uma suposta manutenção estática, mas para que componham um rol de experiências a serem compartilhadas com outras comunidades, e assim fomentadas, complementadas, aperfeiçoadas; processo este que também ocorre na interação desses saberes com conhecimentos científicos disponíveis e como potenciais de novas pesquisas.

Numa visão geral, observam-se avaliações positivas, que listam e enfatizam benefícios que o trabalho vem trazendo para as pessoas e a biodiversidade. O reconhecimento de bons resultados, somado ao otimismo que aparece no tópico sobre os potenciais, merece destaque ainda maior frente ao contexto que vive a população e a preocupação com as questões ambientais no atual quadro mundial e no Brasil em especial, com o desmonte das políticas públicas de apoio às comunidades tradicionais, da agricultura familiar e das políticas ambientais. O que se vê (e se lê diariamente⁴) é a materialização do “passar a boiada”, expressão do ex-ministro Ricardo Salles em reunião ministerial em 2020. Portanto, o retrocesso nas políticas governamentais e nas condições socioambientais, efetivamente, fazem ressaltar ainda mais as conquistas de experiências como a da CPSFN.

⁴ Um exemplo está no noticiário de 24/01/2022 e diz que o Governo Federal cortou do orçamento para 2022 recursos que seriam destinados aos quilombolas e aos indígenas, à reforma agrária, ao enfrentamento à violência contra as mulheres, entre outros investimentos sociais e em pesquisas científicas (MARTELLO, 2022).

1.2 Avanços e conquistas destacadas na caminhada da CPSFN

Os membros apontam um grande conjunto de avanços e conquistas que identificam; e, em algumas áreas, um desejo ou percepção do que poderia avançar mais. Uma ênfase está no trabalho claramente direcionado ao manejo e uso da biodiversidade (o que inclui restauração e conservação). Com frequência esta menção ao trabalho vem associada ao termo ‘sociobiodiversidade’, numa clara disposição de construção e afirmação de um conceito ainda pouco legitimado pela academia, mas que é plenamente presente e inteligível pelos atores e grupos que compõem a cadeia das frutas nativas. A sociobiodiversidade, neste caso, implica o conhecimento das características, aptidões, usos, manejo e reprodução de espécies vegetais nativas (e algumas exóticas historicamente adaptadas) pelas comunidades rurais dos territórios onde a cadeia das frutas nativas se articula.

A diversidade da CPSFN está também nas pessoas, associações, empreendimentos econômicos e instituições que se agregam na construção da ‘rede’. Essa diversidade de atores pode ser destacada por representar as etapas de uma cadeia de produção/consumo, desde quem começa a produção ou coleta no campo, passando pelo desenvolvimento e processamento de produtos, indo até a comercialização e o consumidor. Mas a cadeia das frutas nativas também expressa distintos perfis profissionais, como quem se envolve mais diretamente com a produção/consumo, pessoa que atuam na assessoria e gestão de projetos e processos, agentes envolvidos com a pesquisa, outros com a gestão da política pública. Assim, há uma riqueza de possibilidades de complementação de capacidades que fortalece a CP, mas que, ao mesmo tempo, traz o desafio de melhor incluir as populações (e seus saberes, experiências e demandas) quilombolas e indígenas.

Em termos socioeconômicos, são destacados como avanços a geração de renda que a viabilização da comercialização de produtos das espécies nativas tem possibilitado. Como se verá de forma mais aprofundada em tópicos mais adiante, há uma expectativa de aumento na comercialização, o que demanda ajustes nos processos e elos da CP. Mas desde já é reconhecido o incremento de renda com a venda de uma produção antes negligenciada ou restrita ao consumo pela família. Também entra nessa discussão a questão da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) em torno da sociobiodiversidade. Valoriza-se o incremento alimentar e nutricional das famílias que manejam, assim como é levantada a questão de que esses produtos alcancem também as populações de menor renda nas cidades. Programas de políticas públicas como o PNAE e o PAA podem compor uma estratégia de ampliação das faixas de consumo.⁵

Outra dimensão ressaltada pelos membros da CPSFN é o processo de construção ‘em rede’. Esta característica é sem dúvida um diferencial em relação a uma cadeia produtiva convencional, orientada pela lógica exclusiva do mercado. A este respeito, as entrevistas e a discussão decorrente delas trazem mais elementos na segunda parte das análises, de modo especial no tópico que trata do formato organizativo e a dinâmica interna da ‘rede’/cadeia produtiva. Essa reflexão mereceu um espaço também nas considerações finais.

1.3 Dificuldades, desafios e potenciais identificados

As respostas apontaram uma série de dificuldades, desafios e potenciais, a partir das quais se fez um agrupamento e síntese que forma o Quadro 2. Nesta síntese é possível identificar uma linha de expectativas em torno de um maior impacto econômico a partir da produção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

⁵ Isso foi pouco trazido nas respostas, como também não era um propósito central do estudo. Ainda assim, a menção a esta questão por uma liderança sinaliza um tema que pode ser aprofundado nos espaços da CP.

Quadro 2 – Dificuldades, desafios e potenciais apontados pelos sujeitos da CPSFN

DIFICULDADES	DESAFIOS	POTENCIAIS
▪ Comercialização (e logística associada); ▪ Divulgação para ampliar adesão, demanda e consumo dos produtos; ▪ Fluxo constante de produtos que evite perda ou formação de estoques que elevem custos de armazenamento; ▪ Equilibrar os diferentes elos da CP; ▪ A cada safra: encontrar/definir valores justos de comercialização; ▪ Melhorar processo organizativo, de formação e comunicação, de modo a ampliar atores e participação nos processos de discussão; ▪ Continuidade é fundamental: “interrupção desgasta o que foi feito e não se retoma de onde parou”; ▪ Falta de política pública que apoie as diversas fases da cadeia produtiva.	▪ Técnicos e de estrutura (nos manejos, no pós-colheita, processamento, conservação dos produtos...); ▪ Logística (transporte, armazenamento, climatização, encadeamento das etapas); ▪ Comercialização: sensibilização dos consumidores, prospecção/gestão de mercados, formação de preços...); ▪ Comunicação (externa/interna) e dinâmica de organização interna; ▪ Aprofundar a <i>sociobiodiversidade</i>: maior envolvimento das comunidades tradicionais; oportunizar mais atores e protagonismos desses atores; ▪ Distribuição do papel de liderança e de responsabilidades no processo; ▪ Políticas públicas de apoio, legislações, adequações e registros das pequenas agroindústrias.	▪ Fonte nutricional, alta produtividade por área (algumas espécies), conexão com a restauração ecológica; ▪ “Plantas adaptadas/nativas, poucos problemas com doenças e insetos”; ▪ “Articula proteção das espécies, alternativas socioprodutivas relacionadas às agroflorestas e agroecologia”; ▪ Enfrentamento às mudanças climáticas (crise ambiental); ▪ Grandes centros urbanos (“consumidor ávido por produtos com essas características); ▪ Gerador de articulação/ação coletiva em ‘rede’ (potencial de ampliação em representatividade social e temática).

As dificuldades e os desafios estão bastante relacionados (um desafio geralmente expressa a vontade de superar uma dificuldade, em outros casos é a expressão de um desejo, de um objetivo que a organização deve se colocar). O rol de questões apontadas como dificuldades e/ou desafios vem mais aprofundado em pelo menos três recorrências também mencionadas nas entrevistas e igualmente ouvidas e observadas no Encontro Estadual, que são os fluxos de informação/comunicação, tanto internos quanto externos; alguns gargalos na comercialização associados à estrutura de logística (processamento, armazenamento, transporte/entrega) e aos fluxos dos produtos (constância, fluência nos distintos elos/etapas da cadeia, prospecção e gestão de mercados, preços); e a questão da participação. Esses temas são melhor trabalhados no tópico 2.2.

Na coluna que agrupa os potenciais, observa-se um conjunto referente às valências socioambientais, com menções às possibilidades de melhorias na diversidade e qualidade da alimentação humana e à contribuição da proposta como resposta à crise ambiental, dado que o fomento da biodiversidade contribui no enfrentamento das mudanças climáticas. Igualmente, são relacionadas vantagens no manejo produtivo (por serem espécies nativas ou adaptadas) em sistemas agroflorestais. Finalmente, acentua-se o potencial agregador da proposta de organização em rede, do que decorrem, em síntese, as possibilidades de articular um conjunto de temas e ações: produção, SSAN, renda, ecologia, valorização/troca de saberes, diversidade de atores, fortalecimento político.

1.4 Comentários sobre as respostas ao formulário

Desta primeira fase do estudo, com base em 25 questionários respondidos, compreende-se que um grupo significativo de participantes/lideranças estão engajados em um processo que, no seu conjunto, tem um significado ‘maior’, em termos de coletividade e de efeitos: um **exercício e aprendizado da organização** (também) **envolvendo novas relações econômicas**. Dito de outra maneira: não é só articular: é articular sobre algo concreto e inovando em questões complexas e

difíceis de construir e manter acordos, como as que envolvem os interesses e as práticas comerciais/econômicas.

Esses ‘processos’ envolvem, ao mesmo tempo, desafios da comunicação, fluxos operacionais, descentralizar/coordenar discussões, decisões e responsabilidades, envolver comunidades tradicionais e outros.

Em momento algum a proposta se coloca como acabada ou mesmo consolidada. O conjunto de problemas, desafios e potenciais a avançar apresentado nas repostas é uma demonstração dessa busca constante. Mas diante de tantos e alguns difíceis desafios que o grupo se propõe na caminhada ainda a percorrer, já demonstram avanços efetivos e significativos nas várias dimensões do trabalho: nas práticas sociais de restauração ambiental a partir da sociobiodiversidade, no envolvimento de diferentes perfis de pessoas, na melhoria da renda e qualidade de vida das famílias agricultoras (possivelmente também das pessoas dos empreendimentos de processamento e comercialização, porém ainda pouco mencionado), no reconhecimento e nos intercâmbios de saberes e sabores, nas conquistas de políticas públicas...

Em síntese, significa o mérito de pensar, projetar, articular e colocar em prática uma proposta essencialmente contra-hegemônica, tanto nas relações humanidade-natureza quanto na visão e experiência de novas relações econômicas. Como perspectiva, ressalta a expectativa, os potenciais e as propostas para o avanço do trabalho e das conquistas. O potencial se coloca tanto para ampliar quanto qualificar as dinâmicas. Portanto, a impressão geral é de uma visão otimista que o grupo passa, apesar da conjuntura adversa.

Tem um elemento, que talvez não seja tão explícito, uma interpretação, mas parece que com todo este trabalho, seja nas espécies e produtos que geram a CP (a sociobiodiversidade, como denominam), seja na articulação entre atores e com os consumidores (mercados, políticas e sociedade), a experiência têm trazido um aporte, um incremento para a discussão da agroecologia. E isso precisa ser evidenciado.

Certamente já é valorizado e comunicado, mas há um potencial ainda maior de que essa experiência venha problematizar e incrementar a gama de produtos agroecológicos das feiras e outros meios de comercialização que hoje são hegemônicos (ao menos no centro-sul do Brasil), que são baseados nos produtos da agricultura familiar (pode-se dizer) convencionais em termos de mercado e consumo. Então, é possível e importante construir os canais de diálogo para que estes trabalhos possam se integrar e revitalizar os conteúdos e produtos da agroecologia com este processo baseado nas espécies nativas e na construção de redes mais integradas (‘cadeias produtivas’).

Mas além das espécies nativas, tem os *atores sociais* que trabalham essas espécies e conhecimentos: os agricultores tradicionais (alguns mesmo que entre os familiares). Mas aqui se quer ressaltar a questão de um tipo ou até tipos de camponeses que ainda mantém certos vínculos ou características de vivência de relações comunitárias, com os conhecimentos locais e ancestrais, com as trocas de produtos, com as tecnologias que passam de geração em geração. Tudo isso, em geral, sem purismos, pois tudo está influenciado, mesclado com o moderno, mas não que se tenha perdido os elos históricos e nem que se tenha simplesmente adotado os pacotes tecnológicos e as relações de mercado da modernidade. Tem uma certa hibridização entre moderno e tradicional, com valores comunitários, ecológicos e solidários.

2. A partir das entrevistas

2.1 A visão socioambiental que fundamenta o trabalho com as espécies nativas

Embora não fosse uma busca central no estudo, as leituras, entrevistas e as falas no 9º Encontro Estadual foram demarcando os contornos de uma compreensão ampla e ao mesmo tempo ‘pé no chão’ que inspira as pessoas envolvidas e fundamenta as ações da CPSFN. São noções de sujeitos envolvidos com o trabalho, com a elaboração e com a liderança de um processo social ‘em rede’ que, além de situados conceitualmente, apreendem as demandas reais das comunidades e empreendimentos participantes.

Uma sociedade com um outro conceito de economia; com o valor da sustentabilidade, das condições para as pessoas viverem dignamente a partir do seu trabalho, daquilo que produzem, dos produtos que envolvem os consumidores, é um desafio muito profundo, grande demais da conta, mas que não tem como não abraçar ele. Porque senão fragiliza; quando você fica só na política, você fica muito refém e muito frágil, outros setores acabam determinando, sabe?

Como já se observava nas respostas por meio eletrônico, as entrevistas novamente enfatizaram a perspectiva de construção de uma economia solidária em sintonia com a questão ambiental.

Os remanescentes que existem são florestas muito empobrecidas, com baixa diversidade. E os SAFs têm um papel importante porque dão um horizonte de ampliação de área com a possibilidade de trabalhar a biodiversidade a partir dos usos comerciais de novas plantas pra tinturaria, pra hidrolatos, pra alimentação. Sair do convencional, buscar novas opções e desenvolver essas cadeias de produtos amplia e enriquece a biodiversidade nesses espaços. Então não é só uma função social de gerar renda através de novas opções de cultivo, é isso, mas não só. A gente também vai ter muito ganho com enriquecimento de área, sobretudo agricultores que depois de ver que funciona, acabam cedendo áreas que eram de cultivo convencional pra isso.

As falas também sinalizam os esforços individuais e coletivos para construir novas práticas e novos sentidos de mercado, aliando princípios sociais e ecológicos:

É uma valorosa iniciativa em cima de princípios do processo, que busca alternativas a um sistema de mercado que a gente conhece bem e sabe onde vai dar. Então, às vezes de uma forma até singela, mas com muito potencial, o pessoal insiste em manter princípios, o diálogo horizontal, e eu acho isso o mais impressionante das iniciativas. Aquela coisa de discutir mercado, atendimento, preço, tudo junto, coletivamente, como é que a gente vai vender, se vai atender determinado tipo de mercado; por exemplo, se a gente vai atender um grande mercado ou se vai continuar trabalhando com as cadeias curtas e com princípios sociais e ambientais sustentáveis. Eu acho muito, muito válido, está sendo bem conduzido e tem que ser mantido.

Não é a ideia ficar estimulando a exploração predatória. A araucária é um exemplo bem ‘redondinho’ disso: é uma planta ameaçada, porém não envolve você ferir a planta, você só coleta, então a geração de renda a partir da planta em pé é um estímulo para o plantio. (...) Assim, estimulamos as alunas e buscar tinturas, cores na flora nativa e com manejo sustentável.

Os tópicos anteriores reforçam a convicção em uma proposta de trabalho que, embora precise e busque resultados objetivos de curto prazo, tanto na biodiversidade quanto na geração de renda, traz junto o desafio e o esforço em uma perspectiva maior e de longo prazo. Não fosse assim, certamente tais experiências sequer teriam sido iniciadas, dado que a quase totalidade das espécies trabalhadas eram negligenciadas (algumas em extinção) e seu uso na geração de renda era nulo ou então o modo de exploração acentuava a ameaça de extinção de tais plantas.

Portanto, trata-se de um ousado propósito de construir conhecimentos e alternativas concretas ao mesmo tempo em que se trabalha com as comunidades rurais, por um lado, e com os consumidores, por outro, para os processos de sensibilização e engajamento.

A construção de uma cadeia produtiva não se trata de um processo simples. Desde o processo de sensibilização, tipo “eu tô pronta pra derrubar o meu pé de goiabeira; agora, se tu está me dizendo que eu consigo ganhar dinheiro com isso...”. Só que pra isso você tem que desenvolver todo um conhecimento, todo um saber pra conseguir viabilizar a goiaba, que se torna um processo de construção completo, desde conscientizar a agricultora, o agricultor, desenvolver a técnica pra despolpar a goiaba serrana, qual é o ponto do congelamento, pra poder voltar nas famílias e dizer “agora vamos vender, não derrube seu pé de goiaba serrana”. E aí, como é que a gente vai vender, como é que vai criar mercado, como... Então, existe uma intensidade de coisas pra fazer e serem aprofundadas quanto coisas pra serem encadeadas. É muito complexo, né?

Então, entre o manejo das espécies nativas nas unidades produtivas familiares e a chegada na mesa do consumidor, há um emaranhado de etapas, atores, estruturas, recursos e atividades que precisam operar de forma encadeada e complementar, denominada ‘cadeia produtiva’ (CP). Mas como seria uma CP ecológica e solidária? Quais as suas dificuldades e possibilidades?

A seguir são apresentadas as questões mais recorrentes mencionadas pelas pessoas envolvidas com a cadeia das frutas nativas. São limitações e desafios a serem enfrentados para a ampliação e fortalecimento da experiência, com a atenção e o cuidado para combinar os “princípios do processo” com a criação de alternativas produtivas, comerciais e de geração de renda.

Precisamos superar melindres para enfrentar essa perspectiva comercial. Porque no fim todo mundo precisa se viabilizar, não é o certo e o errado, precisa se viabilizar e às vezes se criam muitas barreiras. O capital não tem nenhum pudor pra se aliar, formar grandes conglomerados, grandes redes, olham os interesses comuns e pronto. Já no nosso meio, em muitos momentos a política mais atrapalha do que ajuda na questão comercial e econômica. Precisamos avançar e reconhecer que existem as dimensões políticas e também as econômicas, precisamos ter muito mais cooperação entre nós para enfrentar os desafios da economia, ter ganho de escala, otimização da logística. etc.

2.2 Questões recorrentes: comercialização, comunicação, participação/compromisso

Comercialização: estrutura, intercâmbios e “furar a bolha”

A comercialização dos produtos da sociobiodiversidade é um dos principais argumentos e uma estratégia para a sua reprodução. Mas é também uma frente que traz muitos desafios, dado que não se trata de um mercado já pronto e muito menos de algo simples de se construir.

A gente estava bem motivado no início e agora deu uma desmotivada boa. Mas a gente resiste, a gente vai se reorganizando. A gente viu nisso um potencial de renda, mas por enquanto ainda segue como renda secundária. Só precisa que ocorram essas ideias que foram colocadas no encontro (nota: 9º Encontro Estadual, Passo Fundo, nov. de 2021) pra que o trabalho avance. A gente gostaria que a cadeia produtiva se organizasse melhor e que conseguisse ser boa pra todos.

Quando veio a pandemia, o ES também paralisou um tempo e ficamos com muita polpa parada aqui; e além disso com um custo alto de armazenamento. A safra agora não estamos colhendo por isso, mas a polpa armazenada estamos mantendo. As discussões do encontro vieram muito a calhar, tocaram bem na questão, pois a gente precisa ter uma dinâmica de comercialização para as frutas. No grupo do WhatsApp vem mais propaganda dos grupos, dos eventos, que são importantes, mas pouco se aproveita para agilizar a comercialização.

Com o propósito de ser alternativa ao modelo predominante de agricultura, enfrentando as monoculturas e os agrotóxicos, é importante que o trabalho e a renda com as frutas nativas passem a ter maior importância na propriedade.

Também tem diferenças entre as regiões, pois umas ficam mais perto dos consumidores e consegue comercializar fácil, como o pessoal do açaí. Já nós aqui estamos mais longe e não temos como gerenciar isso. Então eles poderiam tentar colocar os nossos produtos junto com os deles.

São diferentes as questões entre as regiões. Com a maioria das outras frutas da cadeia produtiva, o problema é a comercialização. A gente está mais envolvido com o açaí; é o nosso produto de maior volume, e pra nós agora com o açaí, o problema é a produção, porque não estamos conseguindo

atender a demanda este ano. Então, como é diferente olhar a cadeia como um todo e ver que não é tudo a mesma coisa.

As diferenças entre os territórios, suas condições, modos de organização, produção e comercialização, ao contrário de serem problemas, motivam a curiosidade e disposição ao aprofundamento dos laços e possibilidades de trocas de experiências, informações, produtos...

A gente pode no mesmo mercado que vende o açaí, oferecer o butiá, a uvaia, o pinhão. Mas pra oferecer e vender, tem que conhecer mais em detalhes o produto e o processo de produção dele, a fruta, a região de origem, como é feito o produto. Então, eu vejo que podemos aumentar esse intercâmbio da produção e dos produtos entre as regiões pra gente aproveitar essas logísticas que existem, né. Não é ir todo mês uma carga pequena pra região, mas ter um estoque ali e que tu vai vendendo, já está mexendo com a comercialização, então amplia o leque de produtos da cadeia. Acho que isso ainda pode avançar bastante, nessa questão das trocas...

Esta fala ressalta o valor do intercâmbio de produtos entre as regiões e traz a necessidade de um material (*portfólio*) que apresente os produtos e contenha informações (procedência, características, usos) para facilitar os empreendimentos que recebem os produtos a oferecer aos consumidores. A sugestão é de seja em formato digital, sem custos de impressão, de envio e podendo ser permanentemente atualizado. Isso também aparece como sugestão para melhorias na comunicação entre os grupos e com os consumidores (ver no próximo tópico), pois reflete a necessidade e importância da apropriação das informações “do todo” da CP pelo conjunto das pessoas e regiões que a compõem.

Também apareceu com certo destaque a necessidade de “sair da bolha”, referindo-se a que se procure extrapolar um certo público restrito e, até, privilegiado que a CP alcança atualmente na venda de seus produtos. Ao menos duas falas vêm nesse sentido de provocar o coletivo da CPSFN a uma busca estratégica pela ampliação do público apoiador e, principalmente, consumidor. Neste sentido, uma sugestão é que se busque conhecer a demanda:

Quem sabe se fazer uma pesquisa de mercado de consumo, de entender o consumidor: entre polpa, fruto e suco, quanto ele conhece, o que ele prefere, além de ver os potenciais de tantos outros derivados. Porque talvez seja uma necessidade de se adaptar às tendências de consumo e ir reeducando aos poucos, pois isso é lento. Então se poderia pensar um estudo em conjunto, envolver a própria universidade pra trabalhar essa perspectiva da pesquisa, nós temos uma rede de consumidores bastante expressiva, talvez a gente pensar o quanto se conhece e que tipo de produto é mais palatável para cair no gosto popular.

O estudo visando “um olhar a partir do consumidor” em potencial desses produtos aparece como instrumento que pode indicar linhas para o desenvolvimento de produtos mais adequados ao perfil desses consumidores e ampliar as possibilidades de vendas. Além disso, foi trazida a questão do perfil de atuação em determinadas atividades visando agilizar as relações comerciais:

Na questão comercial, acho que há uma necessidade da gente conseguir distinguir, separar os papéis. Não tem problema até desses papéis se integrarem na mesma pessoa, mas é importante avançar e se ter uma maior nitidez das relações comerciais, para facilitar e agilizar os processos. Delimitar e profissionalizar um pouco o papel de cada ator, qual papel a pessoa está exercendo e quais os desafios em cada momento da parceria.

Essa fala sugere uma maior distinção dos papéis e procedimentos para uma relação mais profissionalizada na negociação e fechamento de relações comerciais. Por outro lado, há questionamentos em torno dos acordos e formatos da relação comercial com os agricultores:

Vamos imaginar que hoje a CP comercializa 10 toneladas; e ela chegue a comercializar 1 milhão de toneladas. Isso a um produto que se paga 2,00/kg, a gente está falando de antecipar 2 milhões de reais. Aí dá um caos lá e uma enorme câmara fria quebra. O agricultor é solidário, é parceiro; é importante que ele venha junto, né? Ah, vamos pagar então 10% antecipado. Eu acho que hoje a gente está comprometendo demais, a gente está pagando muito, inclusive eu acho que os valores que a gente está

pagando pelas frutas são pra além daquilo que o sistema comporta, porque depois encarece o preço lá na frente e dá pouca margem pras pessoas que vendem trabalhar. É difícil...

Pagar antecipadamente tem sido uma estratégia para atrair os agricultores para a proposta, remunerar por um trabalho que até então não era valorizado e criar uma dinâmica inicial de circulação dos produtos. Porém, é necessário e possível seguir nessa estratégia?

Meu interesse é que a cadeia comercialize a minha produção, porque eu não vou ter condições de comercializar por conta. Mas outros tem alguma possibilidade de comercialização e aí a gente começa a ter problema, tipo “eu não quero trabalhar somente com a cadeia”. Isso pelo que eu tenho percebido é meio geral; a cadeia produtiva acaba sendo um espaço onde eu comercializo aquilo que eu não consegui tocar. Eu posso estar enganado, mas eu sempre acreditei que a cadeia tinha que ser o prioritário.

Os movimentos, as organizações desenvolvem uma tecnologia, uma teoria, uma prática; aí o agricultor planta aquela coisa e, se ele consegue comercializar, ele de alguma forma vai se apartando da organização; se ele não consegue comercializar, a organização passa a ser questionada por ele, porque ele entrou numa ‘bucha’, né. Então a gente tem algum ruído aí.

Tal depoimento questiona um ‘uso instrumental’ da cadeia produtiva solidária, sem uma aposta permanente na organização e nas iniciativas conjuntas. Os riscos de abandono da iniciativa coletiva quando a família do campo consegue acessar um mercado ou então passa a ter mais desenvoltura nesta etapa são dificuldades colocadas por lideranças de duas regiões. Isso pode indicar uma tendência na comercialização ou alguma dificuldade momentânea de capital de giro ou de logística da CP. De qualquer maneira, é necessário que a Coordenação esteja atenta aos sinais (“ruídos”, como diz um entrevistado) e procure metodologias para lidar com a situação.

Entregar a produção a um intermediário privado ou então vender diretamente a um grande comerciante é cômodo e, à primeira vista, até mais seguro. Nem todos conhecem as artimanhas envolvidas no mercado e, além disso, as pessoas são ‘educadas’ para a busca de saídas individuais. O que se faz para superar essas situações? É um problema específico desta etapa em que o trabalho é convertido em dinheiro? As dificuldades ocorrem também nas demais atividades da CP, como nas experimentações agroflorestais, no processamento ou nas atividades mais destinadas à organização e formação? Algumas reflexões mais adiante podem trazer elementos a esta questão, como nos tópicos sobre a participação, a construção de compromissos e sentido de pertencimento.

Comunicação como processo e como ferramenta

Processos e recursos de comunicação estão presentes tanto nas conversas informais em uma visita de campo, um desabafo sobre as dificuldades enfrentadas, um contato para um novo ponto de venda, quanto nas intervenções em um encontro estadual e nos documentos escritos e assumidos por todos. Por essa presença constante em todos os momentos e espaços, a comunicação foi bastante citada como um processo a ser discutido, ampliado e melhorado. As falas se referem à circulação interna de informações (sobre os produtos e sobre a dinâmica da rede) e externa, como estratégia para “sair da bolha” e ampliar públicos de apoio político e principalmente de consumo. Mas para apoiar, se engajar e/ou consumir, precisa estar informado, precisa conhecer minimamente a proposta e os produtos.

Eu participo de uma outra rede, a Rota dos Butiazais, que tem muitas iniciativas espalhadas pelo estado, e tem um grupo de WhatsApp ali que já teve quase 300 membros. E a gente não ouve falar das coisas da cadeia solidária das frutas nativas, sendo que o butiá é um dos principais produtos. Então, tem aquela coisa: manter os princípios é uma coisa, mas saber dialogar com fóruns que não sejam estritos da cadeia solidária também é importante; grupos mais heterogêneos, onde nem todo mundo está no mesmo nível de conhecimento, engajamento e tal, mas que certamente muitas pessoas dali

poderiam estar aprendendo e querendo participar, tanto como consumidores quanto como apoiadores da iniciativa.

Furar a bolha, ampliar, buscar novas parcerias e novos públicos. Sabe-se da importância que tem a comunicação para ampliar e qualificar os diálogos, abrir espaços e o alcance junto a outros setores da sociedade, conseguir chegar nas pessoas. Tudo isso se traduz em fortalecimento político e econômico da proposta. Porém, “para ampliar, tem que ter abertura pra setores e atores que não são propriamente os nossos, a sociedade é heterogênea e tem que ter certa abertura para essa diversidade”.

A expressão “furar a bolha de consumo” foi utilizada para dar a entender que a CPSFN deveria promover ações (de comunicação, pesquisa de consumo, etc.) visando ir além de um público hoje considerado seletivo, apoiador e politizado. “(...) as pessoas não conhecem essa iniciativa e não sabem quem são os parceiros e nem a quem procurar. Então, se tivesse que te dizer alguma coisa: tentar sair um pouco dessa bolha PGDR/UFRGS, SEMA, membros da Rede Ecovida mais próximos”. Seria uma abertura para sensibilizar e alcançar a sociedade com a proposta e produtos, mas principalmente como opção de consumo, aumentando as vendas e a renda dos grupos.

Achei boa a ideia do informativo aquele, até pra saber sobre os produtos que estão disponíveis em cada região e quais as demandas de consumo, pra aproximar essas questões. Seria importante ter uma circular, assim, que dissesse ‘estamos no início da safra, então vamos fazer um planejamento das necessidades de produtos’. Algo que ligue as pontas, porque a gente aqui numa ponta, não sabe se colhe ou não, depois lá adiante vem a informação de que tem tal demanda, mas aí a gente já deixou de colher; ou então a gente colheu e está armazenado e abandonado lá.

Para quem está em uma das pontas, em um dos elos da cadeia produtiva (no caso da fala acima, o elo da produção, do campo), é difícil acompanhar todos os processos de comunicação, mesmo que o trabalho dependa das informações do conjunto de atores e processos. Então é importante nesses casos que haja uma boa fluência das informações, um fluxo de informações organizadas, sistematizadas, que possa agrupar aquilo de importante que circulou num determinado período, de uma semana ou de 1 mês, por exemplo.

Assim, os grupos locais não perdem informações importantes (no caso de quem está na produção, relativo à demanda e potenciais de comercialização) e, mesmo que não consigam acompanhar diariamente, podem ir uma vez à semana e conferir esse instrumento de comunicação que agrupa as informações e notícias mais importantes que circularam naquele período, ou aquilo que mais diz respeito às suas necessidades. Percebe-se na fala de quem está na produção que o fluxo de informações facilita o fluxo de produtos; e eles têm essa carência. Mas as mensagens que circulam no grupo de WhatsApp têm limitações para cumprir tal papel, pois o conteúdo é muito diversificado e desagrupado, dificultando sua eficiência como facilitador da relação produção-comercialização.

No tópico sobre a comercialização, a comunicação já foi mencionada como ferramenta para sistematizar e disseminar informações sobre os produtos entre os próprios grupos da CP. Uma sugestão foi de se produzir um material em formato digital para “(...) fazer a divulgação nos mercados que a gente já tem: ‘olha, a cadeia das frutas nativas tem toda esta linha de produtos e a gente pode comercializar aqui’. Um catálogo digital pra ajudar a oferecer os produtos, até porque quase todos os clientes nos procuram por meio digital”. Para facilitar, pode-se partir de material impresso que já tenha sido elaborado, atualizando as informações.

E até pra nós mesmos. Porque, por exemplo, eu fui conhecer vários dos produtos da cadeia produtiva quando fomos registrar a nossa agroindústria no Ministério da Agricultura. Então, o catálogo pode servir ao menos pra gente conhecer essa diversidade de trabalhos e produtos que se tem, que nem todos a gente tem acesso aqui. Se não comercializar muito, ajuda pra divulgar a cadeia produtiva. Ter esses materiais e informações mais à mão.

Assim, portanto, foi colocada a demanda de redimensionar a comunicação e acesso à informação entre as regiões, visando dinamizar a comercialização associada com o intercâmbio de produtos. A comunicação e o (re)conhecimento entre os grupos dos diversos territórios contribui para vender, mas sobretudo para divulgar e fortalecer a cadeia produtiva.

Participação (envolvimento, compromisso...)

Participação é um tema recorrente nas organizações sociais e iniciativas que buscam a construção coletiva. Nos comentários às repostas eletrônicas e nas entrevistas essa questão também apareceu com ênfase, seja como um princípio, um direito à participação, seja como elemento de geração de compromisso com a coletividade.

A gente fez uma reunião de avaliação da safra que passou e viu que se não envolver mais os agricultores no processo, a gente vai acabar perdendo espaço. Estão chegando empresas pra virem comprar o açaí e pode acontecer com as outras frutas. Daqui a pouco chega uma empresa de sorvetes e começa a comprar os produtos dos agricultores. Se eles não têm uma participação maior, digamos assim, um compromisso com a cadeia solidária, eles podem vender pra qualquer um e isso vai quebrar a organização. Depois as empresas passam a comprar dos que tem maior produção e os pequenos acabam ficando de fora e dá uma quebra econômica pra essas famílias.

Empresas de diferentes perfis e tamanhos tendem a entrar nesse mercado e com isso vem a ameaça de desabastecer e desestruturar a cadeia produtiva solidária. Esse é mais um entre outros fatores que reforçam a necessidade de os agricultores se sentirem parte importante e responsável nas definições da CP; esse protagonismo fortalece o compromisso com o processo.

Um tempo atrás a gente fez entrega de cestas de produtos com apoio da FBB, e não tinha produto da cadeia. E quem organizou foi nós. Ah, porque não tem nota e coisa toda. Em outros momentos, a gente daria um jeito nisso. E por alguma razão a gente entende que “não, não vamos criar atrito agora e coisa e tal”. Eu acho que a gente deveria montar junto com a cadeia, critérios e talvez um agendamento: Ah, nos próximos dois anos vai ser assim. Tentar definir isso em passos, né?

Também em relação às organizações (ONGs, instituições, empreendimentos) a questão da participação foi colocada, mais com o sentido da provocação à proatividade e ao compromisso com as questões do conjunto. Isso aparece tanto na presença e contribuição nas reuniões e discussões quanto nos encaminhamentos das propostas, projetos e ações da cadeia solidária. “Dentro das organizações a gente tem que achar espaço onde as organizações também se comprometem”.

A discussão da organicidade da CP e da dinâmica de sua construção é melhor tratada nos próximos tópicos. Neste momento, o objetivo é evidenciar em que sentido e públicos a cadeia solidária é desafiada a um olhar mais atento e à busca de estratégias e ações (metodologias) que facilitem e qualifiquem a participação das pessoas, famílias do campo ou membros dos empreendimentos nas discussões e proposições que envolvem a ‘rede’.

Neste sentido, foram mencionadas as comunidades tradicionais, as mulheres e a juventude como grupos que deveriam ser mais contemplados, seja para a CPSFN estar mais aberta e sintonizada com a realidade de quem faz (ou tem o potencial para fazer) o trabalho na base da cadeia, seja para que esses grupos possam conhecer a dinâmica (‘o todo’) da cadeia e tenham acolhida para um maior envolvimento e protagonismo.

Algumas falas sinalizam que o trabalho em curso tem uma forte participação de agricultores familiares e que não se alcançou ainda um maior envolvimento e protagonismo das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas). “Penso ter muito para avançar na valorização e resgate do conhecimento e uso do saber indígena, quilombola e “agriculturas” familiar”. Esta é uma perspectiva a ser discutida e aprofundada nos espaços da CP; provavelmente não pelo questionamento ou apoio a uma maior interação com esses públicos (imagina-se que haja concordância neste sentido), mas na

busca de construir efetivamente as ‘pontes’ (territórios, comunidades e mediadores) e possíveis metodologias e atividades que contribuam para o envolvimento dessas comunidades a partir de seu modo de vida e modos de produção e relação com a sociobiodiversidade.

Em relação às mulheres e aos jovens, o 9º Encontro Estadual mostrou um certo equilíbrio entre os perfis de participantes. No entanto, a fala, a proposição e a liderança ainda podem ser melhor distribuídas. Alguns trechos das entrevistas sugerem que essa participação, assim como com os povos tradicionais, deva ser trabalhada desde a base, a partir das experiências e dos trabalhos que dialogam com a cadeia produtiva das frutas nativas.

Olhando pra frente, temos que ver como é que a gente faz esta conversa com jovens (sem aquele perfil de ser o ‘empresariozão’) e com as mulheres do rural. Porque os dirigentes muitas vezes estão falando em ‘volumes’, ‘cifras’, as mulheres estão falando em qualidade (óbvio que não é tudo assim: tem mulheres dinheiristas e homens mais sensíveis, mas no geral a sensação é essa). Eu vejo as mulheres como mais frequentes nas feiras e elas conversam, dão receitas, gastam uma hora com uma pessoa. Elas também querem vender, mas tem uma outra pegada. Elas param pra explicar as coisas...

Em geral, as sugestões carecem de um direcionamento mais claro de como poderia ser melhorada a participação do conjunto de pessoas que formam a CPSFN, do mesmo modo que permanece bastante em aberto o modo de aproximação e envolvimento das comunidades tradicionais. Mas as questões colocadas podem compor as pautas e motivar a reflexão pela Coordenação colegiada da CP. A busca de apoios externos como mediação a essas discussões, assim como intercâmbios de experiências e metodologias participativas podem trazer boas contribuições. Um comentário sobre a abordagem com a juventude vem neste sentido:

Tem que ter uma metodologia pra fazer isso, pra eles terem segurança nos debates, fazerem a abordagem deles e também não tomarem pau da gente, né? E a gente tem essa mania: “ah, você está falando isso porque você é jovem! A gente já tentou tudo isso e não deu certo e tal”. E a gente não consegue fazer essa abordagem da educação...

A participação, como se vê, tem distintas facetas: envolve desprendimento por quem lidera o processo, uma certa apreensão teórica e metodológica, criatividade nas ações. Em um espaço que trabalha com os meios de sustentação das pessoas, participar envolve também buscar e obter resultados econômicos. Mas essa dimensão objetiva e prática pode ser temperada com a dimensão lúdica, que envolve afetos e encantamento em torno de um projeto coletivo, social e ecológico. E como diz um depoimento, que articula a participação com a formação:

A gente perdeu essa capacidade e tempo pra conviver com os grupos, as comunidades na realidade, nas festas, confraternizações deles. Acho que a gente de alguma forma perdeu o lúdico, cara! E assim, a formação parece só nos momentos planejados, em atividades de projetos, chega, faz uma oficina e vai embora. É uma pegada que tem que ser repensada. Enquanto que na formação que inclui a convivência, tem o lúdico por trás, cria também confiança, compromisso, que se apropriem das coisas e lá nos encontros, nos espaços de debate eles atropelem a gente, né.

Assim, participação tem o sentido da identidade e do pertencimento cuja conquista é fruto de uma construção dialógica que envolve o mundo da vida, com sua objetividade e seus encantos. “(...) Mas dentro dessa organização, eu acho que tem esse grande ponto: acho que ainda precisa articular mais as bases e precisa articular mais a comunicação”.

2.3 Dinâmica de construção e gestão interna da ‘rede’ (inovação, métodos...)

Como espaço composto por distintos perfis de atores e contextos territoriais, a CPSFN procura contemplar essa diversidade em seu formato de organização, em um esforço de equacionar as diferenças e interesses ‘das partes’ com princípios que permitam a unidade de ‘um todo’. No desafio de lidar com tal complexidade, vem criando e ajustando suas instâncias de discussão,

deliberação e coordenação das ações. Atualmente, conta com os **Encontros Regionais**, onde são tratadas todas as questões da ‘rede’ a partir dos territórios, em proximidade à realidade dos grupos que a formam; e os **Encontros Estaduais**, espaço que integra o conjunto de membros de todos os perfis e regiões do estado; e se constitui na instância das discussões e deliberações estratégicas. Para fomentar, coordenar e operacionalizar as ações, criou-se uma Coordenação Colegiada Estadual, composta por lideranças de distintos segmentos e indicadas pelas regiões.

Mas como tem sido a dinâmica dessa organização? Os projetos, as ações, as interlocuções com parceiros e com a gestão pública e as operações da produção até a comercialização têm sido manejadas como o esperado e o necessário para os grandes desafios que a articulação se coloca?

Uma primeira observação que se tira dos depoimentos diz respeito à preservação da autonomia dos grupos-membro e das regiões em seus formatos de organização e trabalho. Isso pode ser visto tanto como uma fonte de problemas (para uma CP convencional) ou como uma virtude (para uma ‘rede de atores’). O trecho abaixo destaca a base dessa diversidade de formatos e sugere que o processo possa avançar mais no sentido de uma ‘unidade na diversidade’. O diálogo, a troca de experiências não visa a que as diferenças sejam eliminadas (na verdade, diferentes contextos e caminhada, porém com objetivos e desafios muito semelhantes), mas que sejam melhor compreendidas e acolhidas pelo conjunto da CPSFN para construir unidades nas questões centrais.

Cada região acaba assumindo um modelo próprio de auto-gestão. Em uma região tem agricultores que são agentes dinamizadores e isso poderia ser o modelo pra toda a cadeia produtiva. Mas em outra região tem outra visão e prática de como esses processos devem ocorrer. E aí acaba que por essa autonomia das regiões, que também é interessante, faz com que a construção de uma metodologia que possa perpassar todas as regiões seja algo tenso, acaba sendo difícil. Então, a discussão para compartilhar e integrar os métodos pode ser interessante.

Mesmo se considerando uma organização com o princípio da horizontalidade, os ruídos de comunicação e agregação de todos os grupos, em todos os momentos, é algo difícil:

Nós nos sentimos aqui como na ponta da rede, o final do caminho. Às vezes as informações não chegam até nós. Nosso maior contato é pela equipe local do CETAP que dialoga lá com a Lídia do Encontro de Sabores e nos repassa informações; eles fazem a ponte. Não temos contato direto com outros elos da cadeia, com as outras regiões; e não sei como poderia acontecer essa troca de informações mais constante e mais prática, não sei como isso poderia acontecer.

Não só com este grupo de agricultores, mas no âmbito geral da CP, ainda se observa uma dependência em relação ao CETAP, em especial em relação à liderança de um dos membros da equipe da entidade, o Alvir.

O CETAP me parece o grande articulador do processo. Também me parece que as outras instituições parceiras, principalmente no campo da assessoria técnica, têm dificuldades de agregar essa articulação e esses trabalhos da biodiversidade nos seus projetos. Então eu vejo uma organização hoje bastante convergente, digamos assim, ao CETAP e à figura do Alvir, especialmente; e a necessidade de empoderamento das outras instituições nessa articulação, de se colocarem e de puxarem os processos. Acho que esse empoderamento dos atores na base é superimportante para que se concretize esse processo; de se gerar uma maior autonomia (...).

Eu vejo muito o CETAP através do papel do Alvir, porque o contato foi sempre através dele, nos eventos de agroecologia, de agrofloresta que eu participava. Nesse viés da agrofloresta, da biodiversidade vejo que o Alvir teve um papel grande, ampliou isso, e hoje o CETAP é muito visto por isso.

É compreensível esse entendimento do papel do CETAP (e da pessoa do Alvir como técnico de referência no tema) devido à sua trajetória e conhecimento das experiências nos territórios, dos projetos e das ações. Mesmo que isso não apareça como um grande problema, aparece como uma questão a ser repensada, mas que até agora é justificada (o tópico a seguir focaliza no papel do

CETAP na CP). Um sentido aponta para a necessidade de as demais organizações assumirem o trabalho com as espécies nativas como institucionais e estratégicas: “Para que as territorialidades se fortaleçam, elas precisam estar mais ativas e mais empoderadas dentro do processo”. Ao mesmo tempo, “Dentro das organizações a gente tem que achar espaço onde elas também se comprometem”.

O cotidiano operacional muitas vezes se impõe; e conciliar o pragmatismo que geralmente é demandado nas práticas produtivas e comerciais com a necessidade de refletir e inovar exige uma dedicação redobrada das lideranças. Como não perder a capacidade de reflexão crítica internamente?

A gente consegue fazer uma reflexão crítica em muitos momentos, no âmbito da cadeia, a gente estava fazendo reuniões de duas em duas semanas, mas entre a construção, a idealização e a efetivação, sabe... Tanto que muitas vezes a gente volta para o mesmo ponto de debate. Entre esse olhar crítico e essa operacionalização das coisas, no correr atrás (“Ah, tem polpa de araçá, não tem onde armazenar, temos que correr atrás, vamos lá, vamos lá”); isso acaba se impondo, é sempre correndo atrás da máquina.

Uma cadeia produtiva tem a perspectiva da integração vertical, mas ela necessariamente também tem que preservar a horizontalidade e a singularidade da experiência. É um exercício de amadurecimento enquanto uma experiência de CP. A gente tem poucas experiências no campo da economia solidária de cadeias produtivas consolidadas aqui no RS. Então, é um processo de experimentação mesmo, que também traz este aprendizado.

O reconhecimento dos diferentes contextos, ritmos e até de expectativas entre experiências e territórios é expresso no ‘respeito à autonomia’. Mas qual é o limite dessa autonomia? Como lidar com as diferenças?

Às vezes eu fico com a impressão de que a gente teria que ter uma postura mais dura. Porque a estratégia, eu acho genial, cara! É a plataforma que permite que nós dialoguemos com universidade, com Embrapa, com governos, mas ela deveria ter braços muito mais robustos nos vários municípios que a gente atua. (...). Eu acho que poderia estar muito melhor.

Temos velocidades extremamente diferentes internamente, entre os atores. Enquanto eu tenho lá o ES que é coordenação, talvez o que define o que a gente tem que fazer, né, eu tenho outros lugares querendo um espacinho pra entregar 200 quilos de jabuticaba (sendo bem grosseiro). A coordenação (e eu me incluo nela) teria que descobrir um jeito de como é que a gente lida com isso, de forma tranquila, né... Eu acho que aquelas definições de preço, de processo são bem adequadas. Mas em algum momento a gente vai ter que discutir isso, ver se está adequado mesmo, né?

O desejo de que o conjunto de organizações e seus representantes tenham mais proatividade e de ver a cadeia produtiva ‘azeitada’ em seus diversos elos e relações levantam a necessidade de se formar novas lideranças. A efetivação do princípio da horizontalidade, aliada à necessária capacidade de gestão que uma CP demanda, são tarefas permanentes.

O grande desafio é a gente ter um núcleo, um grupo de pessoas que abracem isso, sabe, que tenham essa visão do todo e estejam juntos nessa organização, mesmo tendo uma pessoa que seja quem mais domine esse processo. Mas a gente ir tendo esse coletivo, que tenha esse domínio do processo da cadeia e que tenha essa mente aberta pra outras possibilidades. Acho que isso é maravilhoso. A cadeia nunca pode estar acabada, ela sempre tem que estar com o horizonte novo ali à frente. Às vezes a gente até desiste de algumas coisas que a gente estava fazendo ao ver que era uma paixão que se tem, mas que não tem retorno. Mas acho que sobretudo ter essa visão de futuro aberta, às vezes não se enxerga, mas a janela está aberta.

Um importante desafio trazido é priorizar e incentivar a participação das agricultoras e agricultores nos espaços de discussão da cadeia produtiva. Também se diz que isso, potencialmente, tende a contribuir para dinamizar e encadear melhor o conjunto dos elos que formam a CP.

(...) a participação efetiva dos agricultores que é quem está lá produzindo, que é a base da cadeia. É preciso que todos os elos da cadeia solidária, desde a produção, entendam que fazem parte de uma cadeia, de um todo, acho que isso é um dos maiores desafios ainda. A partir daí vamos conseguir articular melhor também a questão do beneficiamento e da comercialização.

Impulsionar determinadas demandas por meio de grupos de trabalho (GTs) aparece como uma possibilidade interessante, uma iniciativa que, além de descentralizar temas e demandas, possibilita envolver mais pessoas em compromissos e sentido de pertencimento à CP. Uma avaliação do trabalho do GT Comunicação pode ajudar a projetar novas iniciativas neste sentido.

É importante que a Coordenação consiga fazer as discussões, ser efetiva, descentralizar os encaminhamentos e fazer socializações do que ela tem discutido e definido. Para ter a contribuição de mais pessoas, os GTs são importantes, além de que eles podem ter um papel e depois de cumprir, pode encerrar e criar outros que forem necessários.

Uma fala provoca a uma reflexão que pode ser relacionada à educação popular, à sensibilidade das lideranças, à identidade e representatividade de organizações e movimentos sociais que estejam sistematicamente atentos à escuta da realidade e dos mundos e modos de vida das comunidades.

A gente perdeu essa capacidade e tempo pra conviver com os grupos, as comunidades na realidade, nas festas, confraternizações deles. Acho que a gente de alguma forma perdeu o lúdico, cara! E assim, a formação parece só nos momentos planejados, em atividades de projetos, chega, faz uma oficina e vai embora. É uma pegada que tem que ser repensada. Enquanto que na formação que inclui a convivência, tem o lúdico por trás, cria também confiança, compromisso, que se apropriem das coisas e lá nos encontros, nos espaços de debate eles atropelem a gente, né.

Este trecho veio no contexto de discutir a participação e o protagonismo dos jovens. Mas reflete e pode ser discutido em todo o processo de formação e participação, com todos os possíveis sujeitos da sociobiodiversidade. A dimensão lúdica da vida não é opcional ou instrumental, mas é constitutiva do viver; das relações sociais, afetivas e ecológicas do ser. Então essa dimensão precisa ser considerada nos processos de sensibilização, formação e construção de identidade, cooperação e compromisso.

A comunicação, a formação e a participação nos espaços (nos territórios, nos encontros da CP e nas interlocuções para fora da CP) é base para uma dinâmica mais equilibrada, uma liderança compartilhada/coletiva. Neste sentido, além de se investir na formação de lideranças, são apontados o aprofundamento das metodologias da economia solidária e a formação do sentido de pertencimento que anime a participação desde os grupos locais.

A gente poderia retomar o manual que alicerça a cadeia produtiva, essa estrutura organizacional. Mas ela passa mais por um organizacional que não se alicerça numa metodologia: nós temos as etapas, temos os atores, temos as regiões, temos a economia solidária... Mas o que que a gente faz da economia solidária? Então acho que é importante reforçar o que a gente faz de economia solidária. Agora temos a aproximação de pessoas e entidades e acho que isso pode contribuir.

A participação e formação dos indivíduos em uma organização coletiva e complexa são estimuladas por vários meios e processos. Isso inclui a prática, o 'pôr a mão na massa' em tarefas como as que são puxadas por GTs, as interações lúdicas, as trocas de experiências e outras formas de construção de conhecimentos...

(...) fazer os intercâmbios, fazer formações.... Tem que investir, investir, é um desafio e é pra todo mundo isso, sabe, porque não é uma coisa fácil, não é de qualquer coisa que a gente está falando, sempre envolve muita gente, muitas esperanças também que a gente foi cultivando. Mas é um investimento que tem que fazer, às vezes em um núcleo menor que está abraçando a coisa e depois ir ampliando. Isso tudo contribui para fazer com que surjam outras pessoas...

Eu vejo a sensibilização muito pelo econômico (tipo o exemplo do pinhão, que eu acompanhei). Mas nessa linha de ir além, da formação, eu vejo isso pelo caminho da economia solidária, de avançar sobre a metodologia da economia solidária. Porque talvez ela dê essa capacidade de formação, com teor mais prático. Como pratica isso para além dos preços, como a gente organiza nossos fluxos, etc?

A CPSFN tem uma característica marcante que é a de aproximar o quanto mais as discussões com as necessidades e com práticas nos grupos produtivos. Afinal, trata-se de uma cadeia produtiva a partir de uma articulação de trabalhos e experiências concretas. Então, a formação também busca trabalhar com conhecimentos técnicos e de manejo das espécies e do processamento.

Tem um potencial que é a formação das próprias agricultoras que fazem a coleta, para elas entendam e aprendam a fazer, porque isso gera o sentimento de busca por novas opções de tintas e produtos, além de gerar uma renda extra no artesanato delas, colocar as próprias cores. Isso tem um valor imenso, de você poder vender algo que você produziu e além de ter produzido você estar colorindo trabalhos com fibra ou têxtil, acho que é super válido. Essa apropriação das técnicas tenho certeza que vai fazer elas olhar ainda mais, buscar ainda mais por opções de cores e despertar ainda mais o interesse de cultivo.

Em uma perspectiva geral, a dinâmica interna do espaço em rede, tomando aqui a ‘co-ordenação’ e gestão de processos (decisões, ações, recursos, etc.), como disse uma entrevistada, requer a proatividade e a divisão de responsabilidades entre os pares, os seja, um assumir compartilhado por um grupo de lideranças e de entidades. Esta fala provoca a uma reflexão de cada organização sobre seu envolvimento também em termos de iniciativa, proposição e execução de ações.

(...) não tem como uma entidade e uma pessoa dar conta de toda essa complexidade. E fica difícil conseguir justamente porque falta um pouco a proatividade das outras, esse é um ponto de vista meu... Esse maior protagonismo das outras é importante tanto para trazerem outro modus operandi, não diferente, mas complementar, podendo atuar nessas outras pontas, né.

Um depoimento trouxe um tom mais crítico, de que a cadeia das frutas nativas tem uma “(...) visão maravilhosa que demonstra pra fora, pra quem está à distância. Porque quem está dentro sabe qual é a real, quais as dificuldades que enfrenta...”. A questão pode ser pertinente, e cobra uma maior efetividade da proposta nas regiões. Daí decorre a necessidade de se diagnosticar e avaliar internamente como estão as ações e a organização nos territórios, e repensar as estratégias para que as experiências práticas da CP correspondam a essa imagem pública.

A essa provocação pode-se aproximar outra, que novamente resgata o problema do grau de informação e envolvimento das famílias do campo com o todo da cadeia produtiva:

Eu vejo que já se caminhou bastante no sentido de estruturar isso e também de fazer-se conhecer pra fora. Mas a gente, enquanto sabedor de que existe uma cadeia produtiva das frutas nativas do RS, ela é muito mais interna; os agricultores às vezes não compreendem que fazem parte de uma cadeia produtiva.

As questões que se referem a modos de organização, proatividade e distribuição de responsabilidades, dinâmica de animação dos processos e efetividade nos resultados foram recorrentes nas entrevistas. Uma perspectiva para o cumprimento dos combinados (que pode ser pensada para o tratamento dessas várias questões internas) sugere maior dedicação na definição de metas e de planejamento da realização.

Talvez a gente tenha que agendar essas coisas, quais são os passos a serem feitos até tal data... Eu estou cada vez mais gostando dessa coisa das ‘agendas’, das definições colocadas em planos. Cada um pode ter uma proposta, mas discute e chega num mínimo, coloca na agenda aquilo que for acordado, aquilo que pode ser comum e prioritário ao grupo. E depois monitorar a execução.

Digamos, o mínimo é que cada região tenha tanto, com nota, sem nota, certificado, não certificado, com selo, sem selo... Mas eu acho que a gente vai ter que botar na coordenação da CP uma definição pra isso, sentar pra pensar isso e ver se de fato outras regiões já fizeram isso e se isso tem alguma lógica. E talvez alguém, uma mediação, que nos auxilie a pensar isso. Tem coisas que a gente acorda e coisas que não. Então a gente pode discutir o que dá acordo, não? Deixa as diferenças pra depois, cara. Prioriza aquilo que é o prioritário pra CP no próximo período, próximo ano, cinco anos. É isso!

Sugere-se, então, a construção de acordos e de que sejam consolidados em uma “agenda” de compromissos; um plano mínimo de metas acordado entre todas as partes (atores, regiões, elos da CP) e pelo qual todos os segmentos se orientariam e se empenhariam para cumprir. A coordenação deveria puxar e moderar a construção dessa agenda mínima; e com base nesses acordos exercer um acompanhamento e uma cobrança mais forte dos combinados.

Como dar conta das demandas sem perder a capacidade de reflexão, de formação e de uma dinâmica participativa? A importância (a centralidade, pode-se dizer) da ação em processos como o da construção e consolidação de uma CP é bastante clara e justificável. Mas também deve-se criar momentos para a reflexão e formação, equilibrando os pesos, para as pessoas se compreendam numa dinâmica compartilhada por outras pessoas e grupos, e se sintam protagonistas de mudanças. Esta construção acompanha toda a caminhada.

2.4 Em relação ao papel e ao modo de liderança do CETAP e do Encontro de Sabores

Como já mencionado, o CETAP tem um protagonismo forte na cadeia das frutas nativas, em todos os seus elos (como organização socioeconômica) e em todas as suas dimensões (como uma ‘rede da sociobiodiversidade’). As entrevistas foram fartas em descrever o CETAP como o “grande articulador do processo”, cujo papel e trabalho é “essencial”, “fundamental”, “excelente” ou de “referência nessas questões”.

(...) é o que articula, que organiza e que faz as coisas acontecer. Sempre tem coisas pra melhorar, mas está bom o trabalho, bem dinâmico, sempre disponíveis pra ajudar.

(...) tem uma longa história de parcerias em projetos e ações, já que as instituições oficiais pouco atuam nisso, né.

A entidade é reconhecida como a organização cujas provocações aos demais atores (‘pacote’ que inclui iniciativas, projetos, experiências, capacidade técnica e de liderança, convencimento) deram origem à CP. A essa condição, porém, acompanha a expectativa de um pulso mais firme na condução do processo.

Acho que o CETAP que inventou essa história (pelo menos, a gente entrou pela mão do CETAP), mas eu acho que deveria ter um pouco mais de definição (não sei se é esse o termo). Chamar a discussão, construir os critérios e vai: não atendeu o critério uma vez, duas vezes, tá fora! Ser muito mais firme...

O que eu acho só é que tem que talvez se abrir um pouco mais pra outras parcerias, tentando manter seu cerne de princípios, mas se abrir um pouco mais pra ganhar mais terreno.

Algumas falas procuram trazer os motivos que levam o CETAP a ter esse papel de liderança tão destacada na cadeia das frutas nativas:

Eu acho que o pessoal do CETAP está olhando muito mais coisa; falando de algo recente, com informações que ninguém tem, cara. Bom, e eles estão com um pepino gigante, porque o CETAP fez essas invenções de plantios, de estímulo dessas coisas muito antes que as outras organizações. Então, se aqui nós vamos ter 2 ha de araquá daqui dois anos, o CETAP já tem 50. E eles tem que dar conta disso; porque eles disseram pros agricultores que ia ter comercialização. Então eles têm, de alguma forma, enfim, definir algumas coisas. E definir que dizer o seguinte: joga no grupo. O grupo não tem condições de rebater? Eu acho que o grupo tem condições de rebater.

Eu tenho a impressão (e falo por aqui né), que quando alguém do CETAP, digamos o Alvir fala uma coisa, o cara tem café no bule! Pra eu ter o café no bule que ele tem eu vou ter que andar muito, que gramear muito né? Aí eu vou escolher as disputas que eu quero fazer. Algumas eu não questiono, mas outras eu tenho posição e não vou concordar. Mas depende de cada um.

Como personificação da liderança no CETAP, tal representação recai na “figura” do Alvir (como falou uma entrevistada). Entende-se, assim, que ele venha sendo a principal liderança da trajetória da CPSFN

Existe ainda uma centralidade no Alvir, que embora ele como representante do CETAP provoque os outros para estarem participando, eu acho que essa questão de comunicação e de conhecer o todo, muitas vezes nem a própria coordenação conhece.

(...) também é a pessoa que tensiona, que traz o novo. É uma centralidade que ocorre, mas que não existe alguém que faz um contraponto, porque ninguém consegue abarcar esse todo ou se dispõe a abarcar esse todo. Talvez com as outras instituições sendo mais ativas, mais proativas no sentido de propor projetos, ações e tudo mais, pudessem contribuir para que, além de correr atrás da biodiversidade, correr atrás da economia solidária.

Em paralelo ao reconhecimento dado ao CETAP, aparece como importante e necessário que outras organizações e pessoas se coloquem como lideranças para compartilhar esse papel com o CETAP e o Alvir. Tal importância vem da concepção e da necessidade de consolidação da CPSFN com os princípios de horizontalidade, de construção coletiva, de agregação de diferentes ideias e distribuição de responsabilidades.

Para fazer que tantas coisas aconteçam, não tem como uma entidade e uma pessoa dar conta de toda essa complexidade. E fica difícil conseguir justamente porque falta um pouco a proatividade das outras, esse é um ponto de vista meu... Esse maior protagonismo das outras é importante tanto para trazerem outro modus operandi, não diferente, mas complementar, podendo atuar nessas outras pontas, né... Porque assim, o que eu vejo: que o CETAP tenta sempre, a partir da figura do Alvir, criar processos que contemplem todas as regiões; e as demais regiões atuam para as ‘suas’ regiões. E esse todo, que é o conjunto da grande rede ou da articulação que é a cadeia, ela fica um pouco fragmentada ou não consegue dar conta de algumas partes do processo, né?

Em relação ao Encontro de Sabores, é reconhecido que o empreendimento tem papel central na dinamização dos processos produtivos, de modo particular a partir do processamento final, entreposto, logística e comercialização. (A produção/coleta e o pré-processamento são as etapas mais bem distribuídas nos territórios).

Na questão da cadeia das frutas nativa e o Encontro de Sabores, eu vejo uma falta de organização para a prática e de uma segurança nos combinados. A gente conversa bastante com as pessoas, com a Lídia, com o Alvir, temos boas relações. Mas neste último ano eles nos deixaram um pouco na mão quanto a essas polpas que foram feitas. Eu entendo que foi ruim pra todo mundo essa pandemia, mas a gente sempre pode ser um pouco melhor, né?

A pandemia efetivamente atingiu todos os setores. No entanto, o que se observa aqui é que a parcela que estoura no elo da produção (com perdas de produtos e prejuízo econômico) tende a provocar um retrocesso nos trabalhos na base da cadeia produtiva. Certamente as organizações de apoio e gestão dos projetos tenham dedicado atenção a esses casos; e a nível de Coordenação Estadual o problema tenha sido debatido. Pelo sim, pelo não, deve-se registrar a necessária atenção aos grupos com pouca capacidade de estrutura nas unidades produtivas (UPs) familiares, seja de pré-processamento ou de congelamento/armazenamento de produtos, assim como um adequado complemento de suas capacidades (limites, no caso) com as estruturas mais centralizadas, como câmaras frias regionalizadas e entrepostos.

Algumas sugestões foram levantadas, por diferentes pessoas, como contribuição ao debate visando o aperfeiçoamento de etapas e a consolidação da CP. Uma delas diz respeito a uma melhor definição de papéis (entre CETAP e Encontro de Sabores, por exemplo), distinguindo o quanto possível as relações políticas e as comerciais. A proposta, neste sentido, seria iniciar passos rumo a uma profissionalização das relações comerciais. Também se levantou a sugestão de se estabelecer a

figura de representante comercial, o que facilitaria a dinamização dos mercados em grandes centros, como na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Outra linha de sugestões veio no sentido de que se imprima esforços para “furar a bolha” de consumo (como já se registrou) e igualmente se dedique energia para a criação de um maior número de grupos ou empreendimentos nos elos do processamento e da comercialização, o que fomentaria o consumo dos produtos da sociobiodiversidade.

Acho que tem poucos elos pra alguns tipos de serviços, tipo a parte de beneficiamento e de comercialização ainda são poucos, ainda incipiente. Acho que tem muitos produtores e, pelo que ouço falar, tem um potencial muito maior, mas ficam presos em limites de logística (acredito que isso seja um diagnóstico que precisa melhorar muito: recursos, gente e mobilização logística).

Quanto ao CETAP, percebe-se uma liderança, uma ascendência sobre o conjunto de atores da CP que assegura uma linha de atuação geral bastante firme e em gradativo avanço. A entidade faz isso dedicando prioridade institucional, criatividade, trabalho, recursos/projetos e animação do processo. Essa ‘liderança forte’ parece estar sendo importante em uma experiência que ainda procura os caminhos mais seguros ou promissores e o faz com todo o cuidado para não perder o sentido para onde quer ir. Como diz o verso de poeta Antonio Machado (tradução livre):

*Caminhante, são teus passos, o caminho e nada mais;
Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar.*

Há um razoável grau de inovação, sem dúvida, em todo o processo da CPSFN do Rio Grande do Sul, o que não significa que tudo é empírico, que todo o caminho seja aberto com a caminhada. Tanto as articulações de ONGs e movimentos socioambientais, quanto as cadeias produtivas no campo da economia solidária têm experiências com significativas trajetórias. Uma entrevistada ressaltou a posição de se procurar “avançar sobre a metodologia da economia solidária. Porque talvez ela dê essa capacidade de formação, com teor mais prático; como pratica isso para além dos preços, como a gente organiza nossos fluxos...”. Seria uma referência a ser melhor aproveitada nas discussões e trabalhos da cadeia das frutas nativas.

Se por um lado a liderança do CETAP tem sido fundamental em vários aspectos, também deve ser considerada a vitalidade de uma experiência coletiva que busca e avança na sua formação, organização e gestão compartilhada. E observam-se pontos de vista, em certa medida, contraditórios em relação ao papel do CETAP: por um lado, que defina os critérios e seja mais duro nas cobranças (o que colocaria a entidade num papel de centralidade); por outro, que haja empoderamento das demais entidades ao se colocarem para puxar os processos (o que aponta para uma divisão de responsabilidades e liderança).

Se eu estou num espaço e alguém assume um comportamento de direção, e eu tô junto e isso me é interessante, é da vida! Se eu acho que é mais fácil eu levar assim do que discutir, aí é problema meu, né? Então, se eu quero conquistar esse espaço eu vou ter que apresentar uma proposta diferente, mais vantajosa, interessante, né?

Este trecho de uma entrevista é claro ao trazer uma abordagem do método das relações e definições do campo da política. Como todos os espaços de articulação de atores e ações coletivas, são legítimos os recursos e estratégias políticas na organização e condução da CPSFN. No entanto, também é importante que outras abordagens possam ser consideradas. Uma delas é da educação popular, que coloca ênfase no diálogo e construção de acordos. Ainda, este mesmo campo da educação busca promover a formação e a participação ‘a partir’ da realidade ou da compreensão de

realidade (visão de mundo) dos sujeitos. E assim se formam sujeitos enquanto se desenvolvem experiências inovadoras como a das frutas nativas.

Finalmente, mas sem encerrar a discussão, vale lembrar que a composição da CPSFN inclui pessoas e organizações com perfis e experiências pessoais e organizacionais extremamente distintas e desiguais. Essas diferenças de trajetória que cada um ou uma carrega, os/as coloca em condições assimétricas (em termos de argumentos e de poder) nos debates dos rumos ou mesmo da definição de questões operacionais pontuais da cadeia produtiva. É importante que isso seja levando em conta, se não com tanta ênfase no espaço da Coordenação Estadual (onde as pessoas têm uma longa caminhada e geralmente uma instituição ou empreendimento que a legitima), principalmente nas reuniões nos territórios e nos encontros estaduais, que acolhem os vários perfis de membros, dos veteranos aos recém-chegados, da representante da universidade à agricultora familiar; e ali todas e todos deveriam se colocar em nível de horizontalidade para as discussões e definições, mediados por metodologias participativas que minimizem as diferenças pré-existentes de cada um/a na CPSFN.

Só para exemplificar, o 9º Encontro Estadual demonstrou um pouco dessa maior ou menor apresentação ao debate entre quem participava. Ali, os grupos de trabalho oportunizaram a que as pessoas menos ambientadas ao espaço e ao modo de intervenção na plenária pudessem expressar seus problemas, sugestões e opiniões.⁶

2.5 Agroecologia, economia solidária e políticas públicas: breves registros adicionais

Sociobiodiversidade e políticas públicas

Tenho um orgulho muito grande da cadeia das frutas nativas. Acho que a parceria abriu a visão da política pública também. (...) Foi uma das ações de política pública mais impactantes e bonitas que a gente teve no estado do RS. O desafio era dar valor a frutas que nem sequer a gente encontrava nas feiras, como guabiroba, pitanga, era dar visibilidade e agregar valor econômico, além de outros valores importantes, como a questão da gente preservar os rios, a biodiversidade, fortalecer a agroecologia...

A gente tem muito presente que essas organizações da sociedade civil, das redes (...), são o tipo de organização que têm justificativa e motivações próprias. A participação do Estado tem que se dar em apoio àquilo que a gente possa reconhecer que de fato é importante; e não levar para aquele espaço as mazelas e dificuldades do Estado. (...) Então, a gente precisa entrar nesses fóruns, participar desses fóruns com muito cuidado pra não estar levando só problema. É muito comum se querer construir políticas públicas sem levar em conta os problemas reais que existem. Acaba criando problema pra gerar facilidade; não está resolvendo nada na verdade, só criando mais burocracia e degraus para as pessoas.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) se envolveu, desde a aproximação com as organizações e fóruns de atuação em torno da sociobiodiversidade, em um processo já em curso, tanto no tocante às iniciativas de manejo, quanto de organização social. E atuou inicialmente procurando as possibilidades de adequação e tratando de toda uma regularização ambiental em torno das iniciativas dos agricultores que trabalhavam com espécies vegetais nativas. A construção e aprovação de uma legislação que levou à possibilidade de certificação dos manejos agroflorestais é

⁶ Observou-se no encontro que outras estratégias e metodologias contribuiriam para criar um ambiente favorável ao acolhimento a quem chegava pela primeira vez ao espaço e mesmo a todas/os que participavam. Na avaliação do encontro, uma fala registrou a necessidade de uma creche/recreação para as crianças, facilitando a participação de mães e pais que tragam seus filhos. Além disso, momentos como os de intervalo e retomada das discussões poderiam ser permeados por cantos, poesias e outras expressões culturais que estimulam a integração entre os/as participantes. Aqui fazemos uma relação com um trecho de entrevista, colocado no tópico *Participação (envolvimento, compromisso...)*, em que a dimensão lúdica é trazida como elemento importante na construção do sentido de compromisso e de pertencimento aos coletivos.

fruto desse esforço conjunto para regularizar práticas que, como já referido, restauram e enriquecem a biodiversidade.

Existe muito potencial pra geração de renda conservando a vegetação nativa nessas áreas de produção inclusive, quanto tu está trabalhando projetos de engajamento do proprietário rural pra conservação de nascentes, por exemplo, de fazer agrofloresta em torno de nascentes, estimular o uso de frutas nativas, fazer recuperação de áreas com SAF. São práticas reconhecidas como ambientalmente positivas. Nosso desafio nos últimos anos foi interiorizar isso dentro do órgão, tirar da simplicidade extrema que a gente enxergava a atuação do órgão pra um pouco mais de contemporaneidade das políticas públicas ambientais, conservação da vegetação, da biodiversidade. Fortalecendo uma cadeia produtiva como essa, aumentando o número de pessoas envolvidas, criando o fortalecimento das rotas comerciais, tudo isso lá na ponta vai ter um resultado ambiental muito interessante.

Encontro da agroecologia com a economia solidária

A agroecologia foi desde cedo vinculada à perspectiva de uma agricultura socialmente justa e ambientalmente sustentável (ALTIERI, 1999). Ao mesmo tempo, as experiências e o debate teórico da produção em bases ecológicas sempre procuraram afirmar esta como uma alternativa viável em termos econômicos. Mas como participar do mercado, alternativamente?

Eu acho que a agricultura familiar tinha que abraçar a agroecologia, se atirar de peito aberto. É isso que vai fazer que a gente volte a ter alimentos saudáveis, todo esse grito que tem com o meio ambiente, é um grito pra que a gente retome esses conceitos tão importantes. Então, esse encontro se deu com a quebra de um preconceito e também por uma abertura que a própria economia solidária foi tendo e aí ela faz esse encontro com a agroecologia.

A gente quer se juntar, se somar com outras pessoas e organizações pra poder transformar. E aí, a agroecologia é algo..., eu acho que ela é profundamente transformadora do *ser* envolvido, sabe? Ela tem todos os olhares: tem o olhar do feminismo, tem o olhar da preservação, tem o olhar da transformação... É você trabalhar dentro de um conceito que não tem como não estar junto, é um equívoco não estar junto. Eu fico muito feliz, sabe, que hoje ele é muito mais abraçado assim...

E as expectativas vão mais longe. Em certos momentos, lideranças esboçam possibilidades de ampliar os horizontes, estender os contatos e articular as relações e a cooperação com outros grupos e regiões do país, outros biomas, vislumbrando intercâmbios de frutas nativas. “(...) ter os ‘sabores do Brasil’; aprofundar no futuro e articular a ‘cadeia RS’ com outras cadeias e experiências que existem no Brasil de frutas e produtos nativos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de informações, entrevistas e a participação no 9º Encontro Estadual permitiram uma compreensão de como se organiza e atua a cadeia das frutas nativas e como seus integrantes estão avaliando e projetando este espaço. Um olhar em particular diz respeito ao papel do CETAP na articulação da cadeia produtiva.

Para abrir essas considerações finais, é momento de um posicionamento sobre uma questão e reflexão pela qual o estudo procurou se equilibrar o tempo inteiro: rede ou cadeia produtiva? Com todas as pessoas que se dialogou, nas leituras de materiais produzidos e mais ainda durante o Encontro Estadual, os termos e a simbologia que eram trazidos ao se referir ao espaço, suas metodologias e ações revelavam uma ida e vinda entre essas identidades.

Uma organização dupla face

A cadeia das frutas nativas pode ser entendida como uma *organização de dupla face*. Isso porque ela procura conciliar dois âmbitos: um enquanto organização socioeconômica, outro como uma articulação de atores sociais, uma rede.

Pelo lado da organização socioeconômica, como CP propriamente dita, atua no encadeamento e gestão desde agentes econômicos ao desenvolvimento de produtos, produção, processamento, estrutura logística e comercialização. Então, neste âmbito ela encara as etapas, demandas e opera como uma cadeia produtiva.

Pelo lado da rede, atua na articulação e na organização social; realização de encontros, discussão/definição de princípios e normas; processos de formação, comunicação, trocas de experiências; experimentações e capacitações em sistemas agroflorestais e processamento de produtos, etc. Também no resgate e valorização da cultura camponesa em relação à sociobiodiversidade, com base em saberes e práticas tradicionais. Esse conjunto de princípios e metodologias vem do campo da educação e organização popular; e forma uma rede de experiências, grupos e organizações sociais em torno da sociobiodiversidade.

Ao combinar essa dupla identidade, articula iniciativas de grupos sociais pela construção e proposição de uma economia ecológica e solidária; e vai desenhando, abrindo caminhos para dinâmicas organizativas com novas relações ecológicas e econômicas baseadas na solidariedade.

Essa dupla identidade (complexa e *em construção*) não é uma fraqueza. Ao contrário, pode ser a fortaleza desse grupo e dessas iniciativas. Caso fosse exclusivamente uma cadeia produtiva, perderia a riqueza de relações sociais que se vê, de grupos autônomos e que dialogam, do processo de formação que carrega, do espaço de interlocução que é. E teria que focar em reuniões de negócio e em firmar contratos e acordos em torno de quantidade, qualidade, preços, prazos, margens, venda, etc., tudo como um processo produtivo em cadeia mais fechado. Ainda que trate dessas questões, o faz de outra forma, pois como se percebeu no estudo, ela não é essa cadeia produtiva convencional.

Por outro lado, se fosse exclusivamente uma rede de articulação, estaria discutindo as frutas nativas, promovendo encontros, interlocuções, mas poderia não estar orientando para uma efetividade desses processos, como faz. Ao se organizar enquanto uma cadeia produtiva, dá um cunho prático, pragmático e também mais econômico para essas iniciativas que precisam se viabilizar, que correm atrás de recursos, de estruturas, de ações nos territórios. Tudo isso, obviamente, produz ruídos, porque a gestão de um novo processo econômico implica fazer/formular acordos e, às vezes, ter problemas no cumprimento desses acordos, enfrentar dificuldades práticas e

conflitos. Mas é assim que se constroem as iniciativas econômicas em princípios de cooperação, que é como esse grupo se comporta, dentro do campo da economia solidária.

Então, não é só *cadeia produtiva* e não é só *articulação em torno das frutas nativas*: ela contém os dois e essa é a grande riqueza da experiência: uma **rede da sociobiodiversidade** que cria, orienta, ampara e monitora a **Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas**.

As perspectivas...

O estudo permitiu ouvir e analisar desafios em estratégias e elos que demandam investimento e trabalho: fortalecer a estrutura e os fluxos comerciais; melhorar os processos internos de comunicação e ampliar a comunicação com a sociedade e consumidores; repensar a formação de lideranças e distinguir papéis entre lideranças político-metodológicas e agentes comerciais; revisitar as metodologias participativas e da educação popular, assim como ser mais claros e objetivos em relação aos compromissos a fim de fortalecer a participação; envolver mais as famílias agricultoras e as comunidades tradicionais; criar condições e metodologias para o maior protagonismo de jovens e mulheres...

Os depoimentos transitaram entre a ampliação (como expansão) e a consolidação da cadeia produtiva. Isso não constitui propriamente uma contradição, pois o aumento de escala (número de agricultores, estrutura e pontos de processamento e comercialização, volume produzido e comercializado...) tende a gerar força social e econômica e fortalecer a cadeia produtiva. Por outro lado, o aumento de escala precisa vir acompanhado de processos internos bem construídos, ou então, ‘sem reforçar os alicerces, o acréscimo de andares pode derrubar a casa’.

Neste sentido, reforçamos algumas preocupações e propostas levantadas pelos entrevistados, especialmente a da formação e das metodologias que facilitem a participação e o sentido de pertencimento de todas e todos que compõem a CP. Inovações econômicas com forte apelo social dependem muito de atenção, de envolvimento, de compromisso dos indivíduos, que sempre são a base dos coletivos. Então, é o exercício do ‘cuidado’ com a humanidade das pessoas, com o que as mostra frágeis e fortes dependendo do contexto. Ao descuidar dessa dimensão, o coletivo se fragiliza.

As instâncias de organização nos territórios, coordenações e grupos de trabalho parecem estar satisfatoriamente dinâmicas, a julgar pela ausência de críticas a esses espaços. De qualquer forma, também pareceu que as lideranças estão atentas para o caso de demandar ajustes, para que sejam aprimoradas ou criadas instâncias para atender novas demandas, como vem ocorrendo com os GTs.

No mesmo sentido estão as deliberações coletivas (como são construídas, princípios, regimentos). Com as instâncias ativas e cumprindo seus papéis, os processos de decisão se mostram a contento. Em certa medida, o fato de estarmos em um momento de retomada de atividades coletivas (considerando um ano e meio exclusivamente à distância devido à pandemia do Coronavírus), com duas atividades presenciais recentes (reunião da Coordenação Estadual e Encontro Estadual), as manifestações em geral foram de otimismo com o futuro e com a dinâmica organizativa, mesmo com o apontamento dos limites e problemas a serem enfrentados.

O CETAP na CPSFN

Neste processo, o CETAP tem, antes de tudo, o mérito de ter acolhido o tema da biodiversidade (timidamente, nos primeiros anos) e iniciado a discussão e experimentação de manejo agroflorestal com as famílias agricultoras. Logo se entendeu que o avanço do trabalho dependia de uma complementação da produção agroflorestal com o consumo pela família e com a venda de

produtos. Tudo era inovador e os meios para avançar não eram fáceis nem estavam claros. O manejo de SAFs não era um tema prioritário das ONGs de agroecologia no sul do Brasil no início do século.

O trabalho avançou, aumentaram as famílias envolvidas com a produção e as demandas de processamento, desenvolvimento de produtos e comercialização foram se ampliando. A partir desse momento, se fizeram cada vez mais necessárias as trocas de experiências, articulações e parcerias para abrir perspectivas. A rede foi se formando e uma ‘janela’ de oportunidade foi aberta no Governo do Estado a partir de 2011, com possibilidade de diálogos e apoios nas secretarias do Meio Ambiente (SEMA) e na de Economia Solidária (SESAMPE).

Esse breve resgate é para marcar o empenho da entidade desde as primeiras experiências produtivas, passando pelos desafios do aproveitamento dos produtos e da procura por consumidores, da mobilização de entidades parceiras até chegar às políticas públicas e à constituição de uma cadeia produtiva. Uma caminhada que explica o reconhecimento e o protagonismo que a entidade tem atualmente nos projetos e interlocuções em torno da sociobiodiversidade e justifica internamente um grau de prioridade para seguir nesse trabalho.

Como perspectiva, qual a energia que o CETAP deve dedicar na atuação na rede/cadeia das frutas nativas? A entidade tem uma atuação bem ampla e esse tema e estratégia vai ganhando terreno nos projetos, recursos financeiros e técnicos envolvidos. Aqui não se discutiu a relação com as outras linhas de trabalho do CETAP (equipe e coordenação devem ter esse panorama e as formas de equacionar as demandas), mas o que podemos enfatizar é que a entidade conquistou uma condição de referência no tema do fomento e uso de espécies vegetais nativas, tanto junto às organizações sociais quanto em espaços de políticas públicas, o que justifica que essa deve ser uma linha prioritária de investimento e ação da entidade.

Outro aspecto, que decorre deste anterior, diz respeito ao modo de atuação do CETAP na rede/cadeia das frutas nativas. Esse aspecto envolve tanto características pessoais de quem se envolve com o tema quanto o perfil institucional. A legitimidade do CETAP nesse processo veio de sua capacidade organizativa e de iniciativa, de priorizar recursos e mobilizar parcerias e ações. Isso caracteriza uma forma de liderança que a entidade demonstra e, certamente, vai procurar seguir tendo. As demais organizações da rede percebem essa proatividade da entidade e não a questionam sistematicamente. Mas algumas lideranças sugerem que esse protagonismo seja gradativamente compartilhado com outras entidades visando uma condição mais equitativa nos debates, definição de propostas, com possibilidade de fortalecer o trabalho nos demais territórios. Isso ocorrendo, tende a trazer também maior estabilidade ao conjunto de relações e ações da articulação, dado que relativiza a ‘dependência’ do ator CETAP.

Então, isso se constitui em uma reflexão interna ao CETAP e, igualmente, à Coordenação Estadual e a cada organização-membro para que avalie sua participação e grau de prioridade e iniciativa na cadeia das frutas nativas. Um melhor equilíbrio na liderança do processo depende, em grande medida, da disposição e proatividade das demais organizações/atores a partir de suas regiões ou elos em que atuam.

Para encerrar...

Destaca-se o potencial que estas iniciativas têm de serem geradoras de articulação e de ação coletiva, pois são vários elos desde o campo até a cidade que precisam e podem se encontrar para discutir e organizar todo processo de trabalho em rede. Isso gera a construção de outras formas de produção, consumo e compartilhamento de aprendizados, de tomadas de decisões e dos ganhos com o uso sustentável das espécies nativas.

Conforme as palavras de quem participa da construção da CP: “Articula proteção das espécies com alternativas socioprodutivas relacionadas às agroflorestas e agroecologia”. Assim, além dos ganhos às famílias e comunidades, contribui para a restauração ecológica e enfrentamento às mudanças climáticas. E desta forma a CPSFN vem dando passos importantes na construção social de um novo paradigma de economia, de base ecológica e solidária.

Deste modo, o conjunto desse trabalho traz uma importante contribuição tanto para o campo da **agroecologia** quanto para o da **economia solidária**, na medida em que: a) parte das espécies e produtos da sociobiodiversidade; b) promove o diálogo e a organização entre os diversos atores, buscando gradativamente incluir os consumidores (cumprir um papel de articulação entre a produção, as políticas públicas e a sociedade); c) promove a soberania e segurança alimentar e a renda a partir de novas relações socioeconômicas; e d) provoca o repensar e propõe a criação de novas políticas públicas.

Identifica-se, em síntese, um processo com ações e efeitos que contém resgate e transformação ao mesmo tempo. Uma articulação com base nas demandas práticas de hoje e com projeto de futuro, o que pressupõe a construção e a permanente reavaliação e qualificação dos trabalhos, das estratégias, dos processos participativos em rede.

A Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas articula a partir do real, mas não abandona o sonho. Como diz a música do Gonzaguinha, “vamos lá fazer o que será”.

Referências

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. *Encontro de sabores: alimentos nativos e construção de saberes em rede*. Teia Agroecológica - Boletim informativo sobre tecnologias sociais em agroecologia. Ano 1, 16 ed., maio de 2019.
- CADEIA PRODUTIVA SOLIDARIA DAS FRUTAS NATIVAS - RS. *Normas de produção e Processamento dos Produtos da CPSFN do RS*. Dezembro, 2021. 8p.
- CADEIA SOLIDÁRIA DAS FRUTAS NATIVAS. *Cadeia Solidária das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul 2017*. 2017. 11p.
- CORDEIRO, Â. *A ação em rede na prática institucional do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP): resultados e aprendizados*. Relatório. Passo Fundo, 2020a.
- CORDEIRO, Â. *A ação em rede na prática institucional do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP): resultados e aprendizados (caso 1: Feiras Ecológicas)*. Relatório de Estudo de Caso. Passo Fundo, 2020b.
- GOVERNO DO RS-SEMA, 2017. *Certificação Ambiental Agroflorestal e Extrativista*. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/certificacao-ambiental-agroflorestal-e-extrativista>>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- ITCPs. *Economia solidária e capacitação: primeiros passos para a formação de equipe de incubação: reflexões sobre a formação de bolsistas nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares de Porto Alegre e Região Metropolitana*. GOMES, G; PASQUALOTO, K. (Orgs.). Porto Alegre, 2-15. 54p.: il.
- JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. *Picolés Nativos, a grande atração da Fresol*. Passo Fundo, 14/11/2014.
- LONGHI, A. *Estruturação da cadeia produtiva das frutas nativas a experiência do Encontro de Sabores*. Syn. scy. UTFPR. Pato Branco-PR, v. 13 (1): 3-8, 2018.
- MARTELLO, A. *Orçamento: Bolsonaro corta verbas voltadas para indígenas, quilombolas e para pesquisas científicas*. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/24/orcamento-bolsonaro-corta-verbas-voltadas-para-indigenas-quilombolas-e-para-pesquisas-cientificas.ghtml>>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. *Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios*. In: Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 105-127, 2009.
- SILVA, A. L. O. *Agentes contemporâneos: uma análise a partir da participação de consumidores de Passo Fundo na Cadeia Produtiva das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul*. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

ANEXOS

Anexo 1 - ROTEIRO ORIENTADOR DAS ENTREVISTAS SOBRE A CPSFN

Questões respondidas por meio de formulário eletrônico:

1. Como você avalia a efetividade da Cadeia Produtiva Solidária das Frutas Nativas em relação aos aspectos **ambiental, social, econômica, política, cultural** e do **conhecimento**?
 - a) Atribua uma nota, de 1 (mais negativo) a 10 (mais positivo) para cada um dos aspectos.
 - b) Depois de cada aspecto avaliado, se possível comente ou justifique a nota que você deu.
2. Qual é o nível de informação e conhecimento que você tem da proposta e da dinâmica operacional da CPSFN? (Atribua um nível de 1 a 10 e comente ou justifique sua resposta).
3. Quais os avanços ou conquistas que você destaca na caminhada da CPSFN?
4. Quais os limites ou problemas encontrados (para avançar mais, ampliar, qualificar a dinâmica)?
5. Quais os desafios e potenciais que você identifica (suas expectativas para frente)?

Questões orientadoras das entrevistas por chamada de vídeo:

1. Como você entende ou define a CPSFN?
3. O que poderia qualificar internamente (entre os membros)?
4. O que poderia qualificar externamente (na sociedade)?
5. Como vê o papel e a método de trabalho (participação) do CETAP na CPSFN? (Tanto em relação à instituição quanto às pessoas que fazem a interlocução).
6. Como vê a relação entre a CPSFN e o Encontro de Sabores?

Anexo 2 - NOMES E PERFIS DAS ORGANIZAÇÕES/PESSOAS ENTREVISTADAS

ORGANIZAÇÃO	PERFIL E PAPEL DO ATOR NA CPSFN-RS
Grupo Pé na Terra (Altos da Serra/Sananduva)	Grupo de famílias/empreendimento de produção e pré-processamento
PGDR/UFRGS (Porto Alegre)	Assessoria e pesquisa (pessoa membro da Coordenação Estadual)
Justa Trama; Univens / Unisol (Porto Alegre)	Justa Trama envolve vários empreendimentos de ES; Univens é uma cooperativa de costureiras (organizações parceiras da CPSFN)
Associação Morro Azul (Litoral Norte/Três Cachoeiras)	Agroindústria cujo produto carro-chefe é o açaí de juçara
Cooperativa GiraSol (Porto Alegre)	Cooperativa de consumidores; trabalha com vendas online; atua principalmente na comercialização
Pano da Terra (Porto Alegre)	Empreendimento de tinturaria
Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Porto Alegre)	Interlocução com legislação ambiental e políticas públicas (pessoa membro da Coordenação Estadual)
AREDE (Missões/Santa Rosa)	Assessoria aos grupos da região e Coordenação Estadual